



PORTE PAGO

Grandes jornadas associativas

Conselho Nacional

27 de Março

pág. 8 e 9



Assembleia Geral Nacional Ordinária

17 de Abril



Comemorações Nacionais

14 e 15 de Maio



ADFA recebida pelo Ministro da Defesa Nacional

pág. 7



e pelo Secretário de Estado do Trabalho

pág. 7

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária a realizar, pelas 14,00 horas do dia 17 de Abril de 2004, Colégio Militar, sito no Largo da Luz, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto Um - Analisar e votar o Parecer do Conselho Nacional sobre a execução do orçamento de 2003 da ADFFA (alínea c) do artigo 34.º);
- Ponto Dois - Discussão e votação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional, do Relatório e Contas da Direcção Nacional e análise do Parecer do Conselho Fiscal Nacional (alínea b) do artigo 34.º);
- Ponto Três - Proposta de actualização de quotas para 2005 (alínea e) do artigo 34.º);
- Ponto Quatro - Ponto da situação sobre reivindicações legislativas;
- Ponto Cinco - Informações da Direcção Nacional.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2004
A Mesa da Assembleia Geral Nacional
António Santos Carreiro

Nota: por motivo de melhor acessibilidade a veículos, quer carros particulares quer autocarros, a Assembleia Geral Nacional Ordinária decorrerá nas instalações do Colégio Militar, no Largo da Luz, em Lisboa.

- Presidente da República em Sessão Solene, na Sede Nacional, a 14 de Maio
- Grande jornada de convívio associativo em almoço em Rio Maior, a 15 de Maio

— PARTICIPA! —

Processo de elaboração do Estatuto do Deficiente Militar

Ao abrigo da Lei da Imprensa, e "direito de resposta", em relação a um artigo, com o título supra, no espaço da Delegação de Lisboa e subscrito pelos seus Órgãos Sociais, respeitando aos votos de desconfiança saídos da sua Assembleia Geral, e publicado neste ELO, a DN tem a informar o seguinte:

Foi já afirmado por diversas vezes que qualquer alteração ou compilação legislativa em diploma único, a que já vai sendo hábito chamar "Estatuto do Deficiente Militar só poderá ser aceite, mesmo que só para discussão, se nele estiverem garantidos todos os direitos consignados na legislação em vigor; por outras palavras, nem um passo à retaguarda!

— O documento que parece ter perturbado a AG da Delegação de Lisboa é apenas um conjunto de considerações sobre alguns dos direitos acima referidos, em que eram tecidos considerandos no sentido de

garantir e ampliar alguns direitos já existentes. Trata-se de uma parte de um estudo interno, que manda o bom senso que se mantenha a esse nível.

— Quanto à perda de um direito, referida no documento saído dos Órgãos Sociais da Delegação, concretamente o direito a recolhimento em estabelecimento assistencial do Estado, o texto da proposta (em itálico no original) era que "...têm direito a prestação de apoio social, que pode ser prestado através de recolhimentos assistenciais do Estado ou outras formas de apoio que existam ou venham a ser implementadas no âmbito das Forças Armadas, ou por acordo com estas." Ou seja, não só é mantido o direito anterior, como é alargado a outras formas, como por exemplo assistência domiciliária, ou

internamento numa IPSS, que não estão consignadas nos actuais diplomas legais. Acabar-se-ia assim com as desculpas de "não há vaga", que têm feito letra morta deste direito.

— A DN tem como ponto de honra auscultar os associados nos momentos importantes da sua vida, e a aprovação de um "Estatuto do Deficiente Militar" seria naturalmente um deles. Sugere no entanto, se não um estudo aprofundado das questões, que por vezes parecem complexas, pelo menos uma leitura atenta antes de serem tomadas posições.

— Quanto à imposição da publicação no ELO de um trabalho de reportagem feito exteriormente à redacção, a DN remete-se ao estatuto editorial do ELO.

A Direcção Nacional da ADFA

"Guerra de África e 30 anos do 25 de Abril"

No passado dia 20 de Março, o presidente da Direcção Nacional da ADFA, na sua qualidade de elemento integrante da respectiva Comissão de Honra, deslocou-se a Oeiras para a abertura das comemorações dos 30 anos do 25 de Abril, levadas a efeito por aquela autarquia, acontecendo nesse dia, na Livraria-galeria Verney, a inauguração de uma exposição alusiva.

Mas permita-se ao articulista, antes de continuar, que partilhe com o leitor, de forma quase pessoal, a extremamente simpática, e muito sentida, ocasião que lhe foi proporcionada, acompanhando Patuleia Mendes, no reencontro com um passado que tão intensamente viveu, já que, no almoço que a presidente da autarquia ofereceu a algumas entidades, repartiram a mesa com, entre outros, Otelo Saraiva de Carvalho, Marques Júnior e Fernando Farinha (este, para quem não se recorde bem, um dos grandes fotógrafos do 25 de Abril, e não só, claro). Foi um desenrolar de lembranças, um desfilar de episódios, um partilhar de ainda emoções... e até dúvidas. Para quem não é muito dado a estas coisas, foi muito bom.

Constituída por desenhos de Augusto Cid, Luís Aguiar e Vicente da Silva (quem não se lembra das suas caricaturas, quase sempre de dupla página, sobre a vida e o ambiente militar, publicadas no "Jornal do Exército"?), fotografias de Eduardo Gageiro e Fernando Farinha e uma mostra de livros sobre o 25 de Abril e a guerra colonial, para além de estudos de esculturas sobre o tema, a exposição teve presente na sua inauguração inúmeras personalidades, entre elas muitas outras figuras importantes ligadas aos acontecimentos de há 30 anos, tendo na ocasião usado da palavra, pela coordenação, Manuel Barão da Cunha, a presidente da Câmara de Oeiras, Teresa Zambujo e

a ministra da Ciência e do Ensino superior, Maria Graça Carvalho.

A exposição estará patente até ao próximo dia 30 de Abril.

De entre outras iniciativas ligadas a estas comemorações destacam-se, no dia 25 de Março, uma jornada pública, no Auditório Municipal Eunice Munoz, com a participação de algumas das mais carismáticas figuras do 25 de Abril; em 27 de Março a representação da peça "A dança do tempo", de Constança Mourão, pelo CENCO; a 23 de Abril, Dia Internacional do Livro, lançamento de "Memórias da revolução: Portugal 1974/5", do coronel Manuel Bernardo, e a 25 de Abril, com a participação da A25A, a comemoração oficial da efeméride.

J.M.S



Na altura em que falava a ministra da Ciência, estando à esquerda o vereador Neno e a presidente da CMO Teresa Zambujo, e à direita Vasco Lourenço, presidente da A25A, e o almirante CEMGFA, Mendes Cabeçadas

Agenda

17 de Abril -

— Assembleia Geral Nacional Ordinária, em Lisboa
— Comemorações do "Dia do Combatente", na Batalha

25 de Abril -

— Sempre!

14 de Maio -

— Sessão solene comemorativa do 30º aniversário da ADFA, na Sede Nacional

Nacional

15 de Maio -

— Jornada associativa nacional, em Rio Maior

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

António Reis Farinha
António da Silva Veloso
José Alberto Martins
Júlio Alves
Manuel Santos Dias Roque
Inácio Matias Santos

Notícias

ADFA na BBC

A propósito da passagem do 30º aniversário do 25 de Abril, a Rádio (emissora) 4 da BBC, entrevistou, entre personalidades como Mário Soares, Maria de Lourdes Pintasilgo, Vasco Lourenço ou Hélder Macedo, o presidente da Direcção Nacional da ADFA, para o seu programa "Unfinished business", de grande audiência, o qual irá para o ar na manhã do dia 21 de Abril, pelas 11,02 horas (este preciosismo inglês... e cumprem!), sendo transmitido simultaneamente pela internet, no sítio "BBC Radio Four", secção "Listen Live", e repetido na semana seguinte na secção "Listen Again".

Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla

Tendo-se realizado no passado dia 6 de Março, no auditório do Hospital do Barlavento Algarvio, e sob a presidência do secretário de Estado da Saúde, uma conferência debate sobre esta doença e os diversos campos, de saúde, sociais e humanos, que com ela interferem. A Direcção Nacional para a mesma convidada, esteve representada pelo seu 2º secretário, Sérgio Azougado.



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO: REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Sérgio Azougado, José Povoieiro, Armando Matias DIRECTOR: Sérgio Azougado REDACÇÃO: José Manuel Sande, Isabel Marques, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretaria) COLABORADORES HABITUAIS: Abel Fortuna, Capela Gordo, Helena Afonso, António Carreiro, José Maia, Nuno Santa Clara. CORRESPONDENTES: Leite Domingues (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Carmona (Castelo Branco), Soares Gomes (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Aníbal Carvalho (Famalicão), Nicolau Rufino (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), Armando Costa (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal), João Gonçalves (Viseu) ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara. ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632. CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem/Paginação: Sónia Gomes da Silva PRÉ-IMPRESSÃO Edimpresa, Rua Calvet Magalhães, 242, Laveiras, 2770-022 Paço de Arcos. Tel.: 21 469 87 00 IMPRESSÃO: Imprejornal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: €7,00 Tiragem deste número 9000 ex.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

EPISÓDIO

Pontapé suspenso



O episódio de hoje é de uma enorme singularidade

mas evidencia a extrema atenção e autocontrole que, na picada, não se podem abrandar nem um momento, não obstante o enorme stress provocado pelo perigo de ataque, sempre iminente do inimigo, que pode estar ali a dois passos, atrás de uma árvore ou de um morro, e pela incerteza de qual é o chão que nós próprios e o camarada do lado pisamos, sempre inseguro pelas minas insidiosas.

Tínhamos parado a coluna a uns bons cem metros do rio Nango, cujo pontão estava destruído, impossibilitando os ferros da cofragem a detecção das minas com o detector e deixando-nos apenas a técnica da picagem muito mais perigosa e que a dureza do terreno também não permitia que funcionasse com bons resultados. Vários foram os rebentamentos de minas anticarro e antipessoal naquele sítio fatídico, pejado de mortes e feridos, alguns bem presentes na minha memória, quase me esquecendo que também fui um deles. Mas não é do meu acidente que vou falar.

Passávamos então o local a pente fino, já no fim da tarde, que a noite ia ser ali mesmo, não arriscando aquela passagem a hora tardia, sem

a certeza da pronta evacuação aérea, não fosse o diabo tecê-las.

Desde as viaturas descendo até ao rio, passado a vau, fomos meticolosamente examinando, com os detectores e ferros de picar, naquele caso quase inúteis, e sobretudo inspeccionando a olho e com faca de mato "os rodados" que a coluna iria utilizar.

Estávamos já no alto, do outro lado, vencida a subida de saída do rio, e não encontrámos nada. Os suores frios estavam a diluir-se quase no fim do exame dos cem metros mais perigosos do percurso até Nambude.

Respirava-se já algum alívio, com a quase certeza de que o troço estava limpo e, em princípio, não haveria problemas naquela passagem, o que foi estrondosamente contrariado pelo rebentamento da primeira viatura na manhã seguinte. Mas isso ainda não se vivia agora, seria uma sensação do futuro.

No presente o que acontecia é que a terminar a subida do leito do Nango, até à margem, havia algum mato a invadir o espaço onde iam passar as "berliets", o que nos trazia a preocupação de limpar ao menos os pontos nevrálgicos da progressão, de modo a que os condutores acertassem nos sulcos, sem se desviarem dos espaços "passados à lupa", na certeza de que, fora deles, as minas aguardavam silenciosamente que as moscas caíssem na teia.

Foi nessa altura, já abrandando as defesas depois de um esforço de concentração e da tensão de horas, que um pau mais grosso e seco, espetado a direito no meio do mato fino, me impeliu a pô-lo na mira do meu pé direito, a fim de o lançar fora e libertar o espaço adequado à passagem. Era o terminar daquela suboperação já com o ânimo de quem atingiu o resultado com sucesso.

Acto contínuo puxo a perna atrás e desfiro o golpe.

No momento em que o balanço do "chuto" vai no ar, fito com maior intensidade o objecto, talvez no acerto automático de pontaria e ... pasmei.

Autosuspendi-me na posição em que estava e sempre que me lembro deste incidente, observo-me comicamente de longe, a mim próprio, em figura de perfil lateral com a perna direita no ar, conseguindo parar um pontapé, em balanço, a meio do percurso, ficando como que petrificado.

Na base do pau estava uma granada de mão defensiva, daquelas que parecem uma pinha, descavilhada e pronta a rebentar mal se deslocasse aquele!!! O inimigo era astuto e perverso: bem calculou que era inevitável o impulso do pontapé!

Mas não foi ali que o pé direito sofreu. Mas, em jeito de premonição, havia de ser no local simétrico, uns meses mais tarde, do outro lado do rio ...

António Carreiro



A liberdade, como sentimento genuinamente universal, não deixa de ser abordada subjectivamente, se-

gundo os prismas religioso, étnico e cultural, desde onde é observada. As ideologias derivadas da matriz judaico-cristã, as chamadas democracias ocidentais, "o pior dos regimes, se exceptuarmos todos os outros", têm dela uma perspectiva radicalmente diferente da filosofia que, a seu respeito, aplicam as pragmáticas islâmicas, para comparar com prática confessional que se baseia nas mesmas raízes, já que é lógico que tal noção seja encarada de modo diferenciado, por exemplo, por parte das doutrinas orientais ou das crenças africanas.

Vem a introdução a propósito dos continuados confrontos, que prendem a nossa atenta reflexão, e que, dia a dia, nos evidenciam a divergência real e brutal desses variegados pontos de abordagem.

Colocou-se, no mais alto pináculo da falácia, a relação entre os poderes, democrática ou tiranicamente instituídos, e os povos que os apoiam política e financeiramente, na esteira da mais dura autenticidade transmitida pelo nosso ditado popular, que diz; "Uma mentira repetida muitas vezes, acaba por se constituir em verdade!".

O "mau íntimo", não distinguimos se de israelitas ou de palestinos, se de russos ou de tchetchenos, se de americanos ou de afegãos e iraquianos, para não embrulhar mais, põe-nos a cabeça à roda, sem sabermos onde se coloca o real ponto de equilíbrio, para nos situarmos no campo certo, em que a liberdade se harmonize com o fiel da balança da justiça.

As cenas de horror, que nos chegam "on line" através do choque que os "media" nos servem à mesa, demonstram-nos formas fanáticas de defesa de conceitos opostos de liberdade e não nos permitem posicionar com clareza, relativamente aos "superiores" objectivos de quem as pratica.

Os atentados cegos à vida, cultura e independência dos povos, são pontos negros do terror e demonstrações da mais pura intolerância que, pelo horror de que se revestem, não constituem gritos de liberdade, mas sim de opressão.

Há 30 anos que, na madrugada do "25 de Abril", as Forças Armadas Portuguesas se bateram para que a nossa noção de liberdade fosse um grito espontâneo, emergente de vozes abafadas pela longa noite do obscurantismo e da inanidade de uma guerra, contra povos com quem partilhámos meio milénio de História e língua.

Dessa acção libertadora, e dos propósitos dos seus ideólogos, sobressaiu a reconquista dos direitos democráticos deste povo, deles se distinguindo o de associação e reunião, que nos permitiu criar a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, escassas três semanas após a "revolução".

Que fique para meditação o actual regozijo por podermos, em conjunto, lutar pela dignidade e justiça, em envolvente solidária, onde as divergentes opiniões podem ser expressas sem reboço, em ambiente de liberdade, que cada um pode julgar exígua, mas que é um bem precioso e a ser amado, conservado e transmitido às gerações futuras.

A Direcção Nacional

AOS EX-COMBATENTES E VETERANOS DE GUERRA ESTEVE NO ULTRAMAR?...

Tem "stress", pánicos, fobias, insónias, problemas com álcool, etc?!

PODE TER DIREITO A UMA PENSÃO

(não é a contagem do tempo militar para a reforma civil, já expirada)

Inf. tlm.:

FOTOLEGENDA

Desta vez, a fotolegenda não é sobre uma fotografia. Ou melhor, não é sobre a normal imagem fixada, através de uma câmara, em papel ou suporte digital. Mas é decerto sobre uma imagem, quase fotográfica, do País real.

O anúncio aqui reproduzido saiu num jornal, e, dentro do princípio da liberdade de contratação (todo o contrato que não vá contra a lei é válido), parece que está juridicamente correcto. O que é interessante é que não está em causa o tratamento, recuperação, ou reinserção da vítima; o importante é poder ter direito a uma pensão. E há uma preocupação de seriedade: a contagem do tempo de serviço já acabou. É pena, porque lá se foram outras oportunidades...

Pouco falta para novas iniciativas mais modernas e agressivas, do tipo: "Parabéns, sr. Fulano! Foi seleccionado entre um milhão de ex-combatentes para se habilitar a uma pensão por stress de guerra! Queira preencher o cupão junto, e envie-nos com um cheque de 100 euros, e deixe a burocracia connosco! Se responder dentro de 15 dias, paga apenas 50 euros. Também aceitamos cartões de crédito."

Bragança

Excursão com vista ao 30.º aniversário nacional



A Delegação informa os seus associados e familiares de que nos dias 15 e 16 de Maio vai organizar uma excursão de turismo cultural, com o seguinte itinerário: Dia 15: partida de Bragança em direcção a Lisboa, com uma visita a alguns locais de interesse cultural, participando no aniversário nacional e dormindo na capital; Dia 16: partida de Lisboa, com visitas a Peniche, Óbidos e museu do Buçaco - regresso a Bragança.

O autocarro parte de Bragança, via Mirandela ou Vilarica - Pocinho, dependendo da quantidade de associados inscritos em cada uma das linhas apontadas. Apela-se aos associados interessados de que devem fazer a sua inscrição até ao dia 16 de Abril/2004.

Autocarro é gratuito.

Castelo Branco

Realização de colóquios



A Delegação vai promover na semana de 19 a 25 Abril, em várias escolas do distrito, uma série de colóquios subordinados aos seguintes temas:

Conversas sobre o nosso passado histórico recente:

- 30 anos depois - 25 de Abril de 1974 a 25 de Abril 2004

- Da geração da guerra colonial à plena participação cívica

Estes encontros vão ter como orador principal o associado Manuel Lopes Dias que, desde o início, se

prontificou a colaborar com esta Delegação nesta e noutras iniciativas.

É importante promover acções que ajudem os jovens a compreender o significado dos momentos mais marcantes da nossa história passada ou recente, já que um povo que não conhece a sua história é um povo sem memória e sem identidade.

Solicita-se a todos os sócios que pretendam assistir a qualquer dos colóquios o favor de contactar a Delegação.

O calendário vai ser o seguinte:

| DATA | HORA | ESCOLA | LOCAL |
|-------------|-------|---|---------------------|
| 19-ABRIL-04 | 10:00 | Agrupamento de Escolas da Sertã | Sertã |
| 19-ABRIL-04 | 14:30 | Escola EBI do Centro de Portugal | Vila de Rei |
| 20-ABRIL-04 | 10:30 | Agrupamento de Escolas de Silvares | Silvares |
| 20-ABRIL-04 | 14:30 | Escola Básica 2º e 3º Ciclos da Serra da Gardunha | Fundão |
| 21-ABRIL-04 | 9:30 | Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches | Penamacor |
| 21-ABRIL-04 | 14:00 | Escola do Ensino Básico 2/3 José Sanches | Alcains |
| 22-ABRIL-04 | 15:00 | Agrupamento de Escolas E/B 2,3 Pedro Alvares Cabral | Belmonte |
| 22-ABRIL-04 | 21:00 | Universidade da Beira Interior | Covilhã |
| 23-ABRIL-04 | 9:30 | Agrupamento de Escolas E/B 2,3 Cidade de Castelo Branco | Castelo Branco |
| 23-ABRIL-04 | 14:30 | Agrupamento de Escolas Pedro da Fonseca | Proença-a-Nova |
| 25-ABRIL-04 | 21:00 | Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento | Vila Velha de Rodão |

Faro

Comemorações



A Delegação decidiu comemorar conjuntamente, no dia 4 de Abril, não só o seu 25º aniversário, bem como os 30 anos do 25 de Abril e da fundação da ADFA, com um almoço convívio num restaurante de Vila Real de Santo António, com a presença não só de associados locais, e seus familiares, como também de dirigentes nacionais e de outras delegações.

TODOS À GRANDE JORNADA ASSOCIATIVA DE 15 DE MAIO EM RIO MAIOR

Não deixes de participar porque a união faz a força!

Inscreve-te! Estamos vivos, mostra-te!

LEMBRA-TE QUE CONTAMOS CONTIGO PARA FAZER DO 30º ANIVERSÁRIO DA ADFA UMA VERDADEIRA COMEMORAÇÃO NACIONAL!

Coimbra

Assembleia-geral



Depois de, em conjunto com a Direcção Nacional, ter desenvolvido intensa actividade, não só em termos do restabelecimento da vida associativa, mas também no desenvolvimento da parte administrativa, a Comissão Administrativa deu lugar aos Órgãos Sociais da Delegação apresentados a sufrágio associativo em 29 de Novembro de 2003.

Eleitos pela vontade expressa dos associados, foi tempo de retomar o caminho e depois dos contactos com associados dos vários pontos da zona centro realizou-se a Assembleia Geral da Delegação, em conformidade com o artº 49 dos Estatutos, apreciação e votação do relatório de actividades e contas relativo à gerência do ano findo.

Esteve presente o presidente da D.N. A Assembleia-geral realizou-se na Freguesia de Souselas, a Norte de Coimbra, na Casa do Povo daquela vila, que graciosamente nos facultou a utilização daquele espaço.

Estiveram presentes 80 associados, tendo as contas e respectivo relatório de actividades sido aprovado por unanimidade.

Na parte de informações, o presidente da DN fez uma intervenção respondendo a questões e dúvidas apresentadas por associados.

Antes da Assembleia realizou-se um almoço convívio num restaurante da zona entre associados e familiares.

Homenagem

Como estava previsto, e previamente comunicado aos sócios, a Delegação prestou uma singela e sentida homenagem ao camarada Lucas, residente e sepultado naquela freguesia "Marmeleira", sendo deposto um ramo de flores na sua campa, com intervenções de Patuleia Mendes e do presidente da M.GD, Francisco Manuel Leal.

Estiveram presentes vários elementos da família, esposa e filho, além de pessoas da terra.

Convívio nacional de 15 de Maio

Passados 30 anos sobre a data histórica da criação da ADFA, é-nos por dever manter viva a chama da liberdade e por obrigação exigir de todos a disponibilidade para a continuação e reforço da luta pelos direitos legítimos de todos os deficientes militares, sendo sempre válida a certeza do que defendemos. Assim, quando são passadas já 3 décadas, ganha ainda mais importância lembrar a data.

Almoço em Rio Maior no dia 15 de Maio: a Delegação irá organizar viagem em autocarro. Contactar Delegação de Coimbra ou Núcleo de Leiria. Os camaradas da zona de Pombal devem fazer os seguintes contactos:

José Maria Pereira Gonçalves - sócio nº 1898

Telef: 236 214 168 (contacto hora almoço ou jantar)

Carlos Graça- sócio nº 1226

Telef: 236 212 435 (qualquer hora)

Madeira

Assembleia-geral

Realizou-se no passado dia 6 de Março a Assembleia Geral com a finalidade da aprovação do "Relatório e contas do ano 2003" bem como do "Parecer" do Conselho Fiscal. Estiveram presentes 45 sócios, que aprovaram por unanimidade aquele documento em análise, tendo ainda tomado conhecimento do "Plano de acção e do orçamento para 2004" da nossa delegação. Após encerrados os trabalhos, seguiu-se um animado almoço convívio entre os participantes.

Próximas actividades

Comemorações do Dia do Combatente - dia 16 de Abril (6ª-feira) - Concentração na Avenida do Mar, junto ao Monumento ao Combatente Português, pelas 9 horas. Cerimónias militares organizadas pela Liga dos Combatentes. Segue-se almoço convívio em local a designar.

30º Aniversário da ADFA

Em Lisboa

Deslocação a Lisboa, com saída a 13 de Maio à tarde (5ª feira) e regresso no Domingo, 16 de Maio. Participação na sessão oficial do dia 14 de Maio com a presença do Presidente da República e outras entidades e no almoço-convívio do dia 15. Possibilidade de visitar Fátima, Cristo-Rei/Almada e Sintra/Cascais. A direcção está a tentar obter preços especiais para alojamento e deslocações. Possibilidade de pagamento a prestações mediante aprovação da Direcção da delegação.

Na região autónoma

Dia 20 de Junho (Domingo) - Missa pelos sócios falecidos seguida de almoço-convívio em local ainda a confirmar.



Lisboa

Processo de elaboração do Estatuto do Deficiente Militar

AGDLisboa manifesta falta de confiança na DN

A possível elaboração e aprovação do designado estatuto deficiente militar interessa a três diferentes tipos (em função da legislação que lhes é aplicável) de sócios da ADFA: os que usufruem de um conjunto de direitos justos, conquistados e sempre defendidos; os que se mantêm há trinta anos numa situação injusta; e os que nem situação têm. São, respectivamente os deficientes da campanha, do serviço e do sem nexo de causalidade.

Quando se fala de um possível estatuto para todos, é natural que a atenção redobre, as expectativas se criem, a esperança renasça e a vontade de participação se afirme, enfim, que o sentimento colectivo se manifeste.

A desejada discussão associativa, neste processo de elaboração de nova legislação, deve assentar nos seguintes princípios: a intocabilidade dos direitos adquiridos e a obtenção dos direitos há tanto reclamados. Os princípios que devem ser configurados em proposta, bem explícita, da Associação, ao Governo. Será essa a base de negociação. Compete aos órgãos dirigentes, nomeadamente à Direcção Nacional, proceder à sua elaboração e apresentação à apreciação dos sócios, num processo de participação associativa excepcional.

A metodologia a seguir não poderia ser outra. Mas, na realidade, não é este o rumo que o processo, conduzido pela Direcção Nacional, está a tomar. É bem diverso, e dele tomaram conhecimento, com profunda preocupação, os sócios na Assembleia Geral da Delegação de Lisboa, realizada no dia 6 de Março.

A Assembleia, particularmente concorrida, quando chegou o momento da discussão deste assunto, sofreu um choque: a base reivindicativa ou de negociação, para apreciação, não existia. Em seu lugar, os órgãos dirigentes da Delegação apresentaram um documento vago, que dias antes lhes tinha sido dirigido pela Direcção Nacional. Consistia esse documento na reprodução do conteúdo dos artigos 14º e 15º do Decreto-lei nº 43/76, acompanhada de observações que se supõem ser do Ministério da Defesa e de comentários da Direcção Nacional da ADFA. Um dos direitos sociais consignados nesse articulado – a recolha em estabelecimento assis-

tencial do Estado dos Deficientes das Forças Armadas com mais de 60% de desvalorização – é eliminado. O Ministério da Defesa fundamenta a abolição desse direito na inexistência de infra-estruturas. A Direcção Nacional, nos seus comentários, não se opõe.

Deste modo, para já, não só não se prevê a aprovação de novos direitos, como se aponta a supressão de um direito existente.

Sem base reivindicativa disponível, com a Direcção da Delegação naturalmente desprovida de meios de resposta, sem explicações por parte dos Órgãos Nacionais, cuja presença, por razões tão importantes, se justificava, e confrontada com a eliminação, pelos vistos já aceite pela Direcção Nacional, de um direito fundamental, é fácil avaliar a intenção do choque recebido pela Assembleia.

Assim, face à dúvida geral quanto à prefiguração de novos direitos e à certeza de um direito específico a abolir – abolição diligente e claramente justificada em artigo do último número do "ELO" –, a Assembleia manifestou falta de confiança na Direcção Nacional relativamente à condução deste processo. Trata-se de uma posição muito forte e porventura inédita, mas, notou-se muito conscientemente assumida.

A declaração da inexistência de infra-estruturas representa o afastamento definitivo dos Deficientes das Forças Armadas do Lar Militar (devidamente adequado às suas especificidades, como sempre se reclamou). A Assembleia registou, com viva indignação, mais uma indicação da aceitação deste facto pela Direcção Nacional. Trata-se da não publicação no "ELO" de uma simples entrevista de um sócio, remetida pela Direcção da Delegação, em que dá conta da sua experiência como ex-residente do Lar. Sobre este acto censório, Assembleia também aprovou um voto de protesto.

Esta Assembleia da Delegação de Lisboa, que reuniu mais de 120 sócios, caracterizou-se simultaneamente pela firmeza e pela serenidade. O primeiro traço, que ficou já claramente evidenciado, é fortalecido com o segundo, sendo os dois fruto da maturidade dos associados presentes – garantia de que as deliberações tomadas visam exclusivamente defender os interesses colectivos.

Os Órgãos Sociais da Delegação

Janela aberta

A ADFA, hoje, tal como ontem, está a perder alguns dos seus associados. Ontem, muitos abandonaram a ADFA, por que os serviços que lhes deviam prestar apoio o não fizeram, sobretudo nas questões processuais necessárias a melhorar a sua condição de militares deficientes.

Hoje, talvez já não por essas razões mas por outras, algumas delas bem explícitas no pedido de demissão, há ainda associados a desistir da ADFA.

Por nós, parece-nos que já é suficientemente triste vermos os que infelizmente, são forçados a deixar-nos, alguns deles sem conseguirem que o estado, que os deficientou, lhes fizesse justiça.

Por isso, quando ainda hoje há causas por que os associados abandonam a ADFA, os Órgãos Sociais, das Delegações e Nacionais, não devem fazer de conta que nada está a acontecer.

Em nosso entender, entre outras acções a ter em conta, um dos primeiros passos a dar, para que os nossos associados tenham orgulho em estar na ADFA, e sem dúvida irmos ao seu "encontro" e não ao seu "desencontro".

Esse "encontro" passa pelas ideias, por pelear pelas reivindicações, sobretudo para os mais desfavorecidos, pela lealdade e transparência com os associados, enfim dar condições para nos sintamos em "nossa casa". E, desse modo, sermos todos intervenientes nas grandes questões associativas.

Afinal, são estes "segredos" que, sendo tão poucos, é fácil desvendá-los. E isso, não é mais que apostar na nossa "marca" que é sermos deficientes militares.

Para o bem de todos nós, e se formos capazes disso, todos estaremos a contribuir para o bem da nossa Associação. Caso contrário, isto é, se não formos capazes importa saber e percebermos porquê.

Delegação comemora Abril

O 25 de Abril é uma data inesquecível para os Deficientes Militares. Foi este acontecimento que entre muitas outras coisas acabou com a guerra colonial, terminando assim com uma (fábrica) de fazer deficientes).

Comemorando-se este ano o trigésimo aniversário desta celeberrima Data, a Delegação de Lisboa da ADFA não podia, de modo algum deixar de assinalá-la em profunda reflexão com a situação actual de muitos daqueles nossos camaradas que se deficientaram ao serviço da Pátria e que ainda não têm os seus problemas resolvidos. Assim, convidamos os nossos associados para no dia 24 a partir das 20 horas comparecerem na nossa Sede para em conjunto com alguns convidados dar-

mos um brado de felicitações aos heróicos Capitães de Abril.

Sabemos que o desespero e a desilusão já existem em muitos de nós pelo adiamento constante da resolução de muitos dos nossos problemas.

Na verdade 30 anos há espera é muito tempo! No entanto, perder a esperança, baixar os braços é darmos razão a quem nos quer esquecer.

A nossa força está na nossa união. Não vamos permitir que nos dividam.

Não vamos jamais deixar de clamar justiça.

PROGRAMA:

20h30 – Jantar
22h00 – Palestra e Poesia

Excursão de 5 dias a LOURDES

Delegação organiza excursão (Espanha – França) de 26 a 30 de Maio de 2004



Preço por pessoa: quarto duplo – 350_ ; suplemento single – mais 76_ ; crianças até 11 anos – 270_ (desde que fiquem no quarto de 2 adultos). (pode ser pago em 3 vezes, sendo a entrada de 30%, perdendo-se, em caso de desistência, o retorno).

O preço inclui: estadia em hotéis com pensão completa; autocarro de turismo; visitas conforme programa; delegado da agência de viagens; passeio em Lourdes com guia; seguro de viagem; taxas e impostos.

Marcações e informações: tel. 21 7512600

MATANÇA PORCO PRETO E SAFARI SELVAGEM DIA 01/05/2004 EM SANTIGO DO CACÉM – GRÂNDOLA

Visita ao Monte "Corte Madeiros" para ver e apreciar a criação ao ar livre dos suínos negros e criados a bolota, local onde será a matança de Porco para o nosso almoço com uma feijoada, febras e as tão maravilhosas costeletas com aquele tradicional e belo pão caseiro da zona, regado com o bom vinho alentejano (caseiro).

A seguir teremos o Safari de uma hora na Quinta da BADOCA, no comboio privado e especial para apreciar não só os animais como a paisagem.

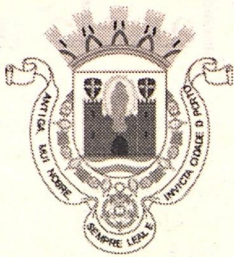
O Pequeno-almoço será à chegada a Grândola em regime livre.

Hora de saída será às 07h30, chegada pelas 19h00 a Lisboa

PREÇO POR PESSOA – 37,5 Euros

N.B.: Por qualquer impedimento de última hora para que se realize o evento por falta de número suficiente de inscrições será devolvido o respectivo valor.

Data limite de inscrição: 23 de Abril de 2004, pelas 18h00.



Deficiência visual em encontro

A reflexão e o debate sobre os problemas que enfrentam os deficientes visuais, especialmente os cegos e os amblíopes, constituíram o objectivo principal do encontro, organizado pela delegação do Porto, que teve lugar no passado dia 27 de Fevereiro.

Os participantes, alguns dos quais acompanhados pelas esposas, começaram por visitar o CRPG, para onde partiram de autocarro, com a finalidade de tomarem contacto com as mais recentes tecnologias de informação para deficientes visuais.

Uma equipa daquele Centro deu-lhes a conhecer ajudas que poderão ser-lhes úteis na sua vida quotidiana: o pda pronto, os termómetros, os testes de glucose, os identificadores de cores, as balanças e os etiquetadores de objectos, dispondo todos estes equipamentos de leitor auditivo. Porém, foram as novidades tecnológicas designadas por ampliador de documentos Smartview, leitor de documentos PoetCompact e linha Braille ergonómica Baum, as que mais interesse despertaram nos visitantes.

O regresso à delegação fez-se para o almoço que decorreu em ambiente de convívio e confraternização. No decorrer do mesmo foi possível trocar conversas e recordar episódios, alguns dos quais relacionados com a deficiência.

Durante a tarde teve lugar uma reunião em que estive-

ram em cima da mesa as dificuldades encontradas quer na participação social quer na participação associativa.

Foi então notório verificar que os associados que já têm contacto mais próximo com a informática não sentem tanto isolamento social nem tanta dependência de um acompanhante.

O incentivo à utilização dos meios informáticos, as limitações no acesso ao jornal "ELO" e a falta de informação de quem comercializa próteses oculares, foram outros temas abordados para tratamento por parte dos serviços associativos.

Ficou ainda para estudo a organização de uma visita a um centro para deficientes de guerra em Inglaterra.

No final deste encontro foi sentida a necessidade da organização de outras acções do género, pois os deficientes visuais são os que maiores dificuldades sentem no dia a dia, no acesso à comunicação e à informação. Estes momentos quebram o isolamento, fortalecem o convívio e fomentam as relações pessoais.



Passeios

Cruzeiro no Rio Douro

Realiza-se nos dias 10 e 11 de Junho um passeio com o seguinte programa:

1º dia (dia 10)

Saída às 08h00 em direcção a Marco de Canavezes. Visita à igreja paroquial, obra de Siza Vieira, continuação para a região de Peso da Régua, almoço, após este continuação para o Pinhão em comboio histórico, chegada e visita de uma quinta de vinho do Porto, jantar e alojamento no hotel.



2º dia (dia 11)

Após o pequeno almoço, ligação para o cais da Régua para realizar o cruzeiro da subida do Rio Douro até Barca d'Alva, almoço a bordo. Após o desembarque em Barca d'Alva, regresso em autocarro com passagem por Figueira de Castelo Rodrigo e Almeida.

Preço por pessoa: 195€
Inscrições: Serviço de Atendimento.

Programas

Reunião mensal

Dia 8 de Maio às 15,00 Horas

Tema do mês: "30 anos de vida associativa".

Encontro de associados

- Póvoa de Varzim/Vila do Conde

Vai realizar-se pela 10ª vez consecutiva o encontro de associados e famílias dos concelhos de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim.

Programa

Dia 8 de Abril (quinta-feira santa)

- 18,30 Horas - Cerimónia de abertura da exposição de pintura e cerâmica da autoria dos utentes do Centro de Actividades Ocupacionais, na Cooperativa "A Filantrópica", na Póvoa de Varzim;

- 20,00 Horas - Jantar de confraternização no Restaurante "O Solar de Criad".

"25 DE ABRIL"

Comemoração na Delegação

O programa que vai ser levado a cabo, na Delegação, para assinalar o "25 de Abril" é o seguinte:

- dia 24 de Abril às 20,00 horas - jantar evocativo no refeitório da Delegação com a participação de associados e representantes de entidades. No decorrer do jantar será proferida uma comunicação pelo prof. rr. Nuno Grande.

(As inscrições para o jantar deverão ser feitas no Serviço de Atendimento,

até ao dia 22 de Abril)

- dia 25 de Abril às 10,00 horas - cerimónia do hastear das bandeiras; - disputa do torneio "Liberdade" no campo de jogos da Delegação.

Comemoração em Paços de Ferreira

A Escola EB 2,3, de Frazão - Paços de Ferreira, vai levar a efeito, de 23 a 26 de Abril, um programa para assinalar os 30 anos do 25 de Abril.

A exposição itinerante "Guerra colonial - uma história por contar", da autoria do Museu da Guerra Colonial de Vila Nova de Famalicão, vai estar patente aos alunos daquele estabelecimento e aberta à comunidade local.

Também no sábado, dia 24 de Abril, se realiza um colóquio destinado à comunidade escolar e à população local.

Avisos

Autocarro à Assembleia Geral Nacional

A Delegação organiza viagem em autocarro para os associados que pretendam deslocar-se a Lisboa no dia 17 de Abril, para participarem na Assembleia Geral Nacional Ordinária. Inscrições no Serviço de Atendimento: 228347201

Sábado de Maio

Em virtude do primeiro sábado de Maio coincidir com o feriado nacional (1º de Maio), avisam-se os associados de que são transferidas para o segundo sábado, as actividades mensais.

Assim, quer a reunião mensal, quer a abertura do Serviço de Atendimento e de Refeições, vão ter lugar somente no dia 8 de Maio.

VIAGEM AO BRASIL

Realiza-se de 16 a 25 de Agosto, com o seguinte programa:

1º dia - Embarque no dia 16 no Porto ou em Lisboa com destino ao Rio de Janeiro;

2º dia - Visita ao Rio de Janeiro (Copacabana, Ipanema, Leblon, Montanha do Pão de Açúcar, Montanha do Corcovado, visita à estátua do Cristo Redentor, com almoço). Jantar numa famosa churrascaria com espectáculo de variedades (samba e ritmo de Carnaval);

3º dia - Visita às ilhas tropicais, em viagem de "saveiro" pela Baía de Sepetiba, com almoço e jantar;

4º dia - Inteiramente livre no Rio de Janeiro;

5º dia - Roteiro Rio de Janeiro, Petrópolis, Rio de Janeiro, com almoço e jantar;

6º dia - Partida do Rio de Janeiro com destino a Búzios para visita às principais praias com almoço e jantar;

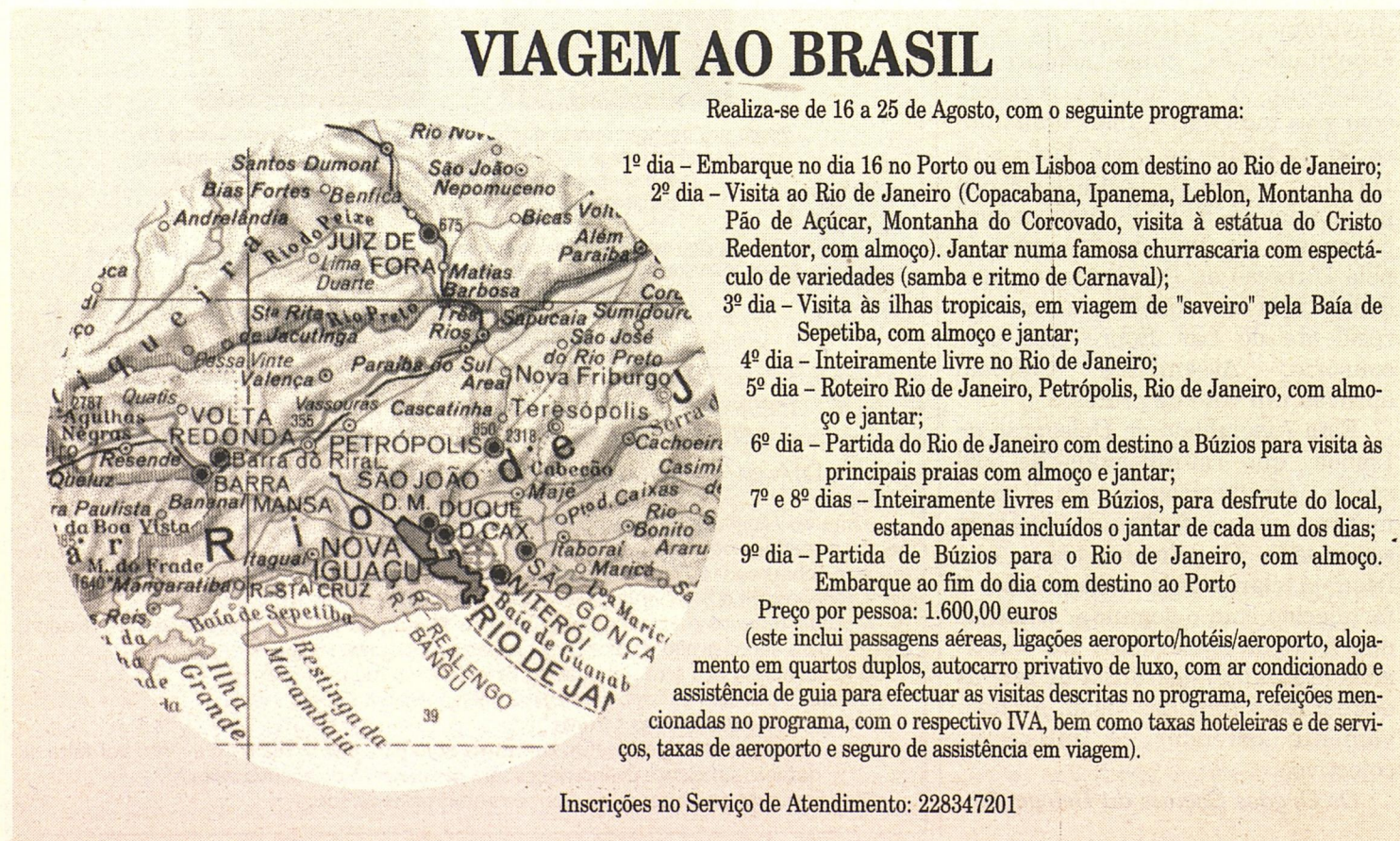
7º e 8º dias - Inteiramente livres em Búzios, para desfrute do local, estando apenas incluídos o jantar de cada um dos dias;

9º dia - Partida de Búzios para o Rio de Janeiro, com almoço. Embarque ao fim do dia com destino ao Porto

Preço por pessoa: 1.600,00 euros

(este inclui passagens aéreas, ligações aeroporto/hotéis/aeroporto, alojamento em quartos duplos, autocarro privativo de luxo, com ar condicionado e assistência de guia para efectuar as visitas descritas no programa, refeições mencionadas no programa, com o respectivo IVA, bem como taxas hoteleiras e de serviços, taxas de aeroporto e seguro de assistência em viagem).

Inscrições no Serviço de Atendimento: 228347201



Audiência com ministro da Defesa Nacional

No dia 23 de Março teve lugar uma audiência com o Ministro da Defesa Nacional, à qual estiveram presentes pela ADFA, os presidente, 1º vice-presidente e 1º e 2º secretários da DN.

No encontro, que tinha a ver principalmente com as comemorações do 30º aniversário da nossa associação, foi formalizado a Paulo Portas o convite para estar presente nas cerimónias, com o que concordou em princípio, quer para o dia 14 de Maio, quer para o almoço de 15 de Maio, dispondo-se também a sensibilizar outros membros do Governo para esta efeméride.

Na troca de impressões que se seguiu, foi aproveitada a ocasião para, entre outras questões, fazer quer o ponto da situação sobre as nossas reivindicações legislativas, tendo sido insistido para que sejam tomadas decisões antes de 14 de Maio, aliás como constava já no documento enviado ao MDN em 28 de Junho de 2003, quer a análise do problema criado pelo não cumprimento, pela CGA, das actualizações de algumas pensões (e que entretanto já foi ultrapassado, conforme comunicação do Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento - ver "DN esclarece e informa").



Audiência com secretário de Estado do Trabalho

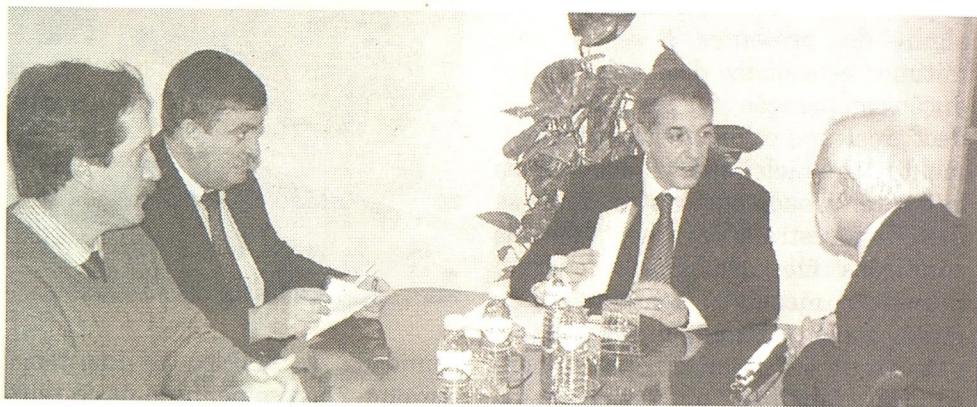
No passado dia 18 de Março, a Direcção Nacional da ADFA, nas pessoas dos seus presidente, 1º vice-presidente e 2º secretário, foi recebida pelo secretário de Estado do Trabalho, em quem o ministro da Segurança Social e do Trabalho delegou a área relativa às pessoas com deficiência.

Iniciando-se a reunião com uma análise à política nacional de reabilitação, a DN não quis deixar de referir o contributo da ADFA para a elaboração dos Projectos de Lei de Base Jurídica para a Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência e para a correspondente discussão pública, salientando a abertura que foi dada para a inclusão, naquele texto, do papel das famílias dos cidadãos com deficiência sem capacidade de auto-representação, bem como a sua posição crítica relativamente à operacionalidade das quotas de emprego a implementar por empresas privadas, já que a sua apli-

cação legal, já reconhecida na administração pública, não teve até agora formas de fiscalização que permitam avaliar se o seu cumprimento se encontra ou não a ser respeitado.

Foi ainda salientada a necessidade de remodelação para formas mais interventivas e eficazes do trabalho que deve ser desenvolvido no Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - CNRID, tal como no SNRID (Secretariado...). Em boa verdade, evidenciou a DN que as políticas para a área da deficiência são transversais e aplicadas por diversos ministérios, o que justificaria a sua dependência directa do primeiro-ministro.

O secretário de Estado foi também sensibilizado para o interesse que para os grandes deficientes motores tem o dispositivo que, emergente da parceria da ADFA com a Galp-Energia, lhes proporciona autonomia e qualidade de vida.



Ao apresentar o relatório correspondente à visita efectuada, em Outubro passado, por uma delegação da ADFA à RehaCare International - 14ª Feira Profissional Internacional para Pessoas com Deficiências e com Necessidade de Assistência, em Düsseldorf, e à Barrierfrei em Hamburgo, associação vocacionada para o apoio a cidadãos com deficiência, sobre adaptação de habitação e viaturas, bem como orientação e aconselhamento quanto às melhores aju-

das técnicas para os cidadãos com mobilidade reduzida, foi pela DN solicitada uma audiência para quando da próxima visita de uma delegação desta última entidade, altura em que se equacionará a celebração de um protocolo entre a mesma e a nossa associação, tendo Pais Antunes acedido, valorizando o interesse manifestado pela ADFA em constituir uma estrutura que preste apoio semelhante à população portuguesa deficiente.

Delegações

Évora



30º aniversário

— **na Delegação:** informa-se que a nível regional as comemorações se realizam na sede da Delegação no dia 3 de Maio, com o seguinte programa: - 12H30 - almoço convívio; - 15H00 - jogos tradicionais

As inscrições deverão ser feitas até ao dia 6 de Maio (tlf.: 266703473);

— **nacionais:** está em organização uma ida em autocarro ao almoço comemorativo em Rio Maior, no dia 5 de Maio, com partida de Évora pelas 09H00 e regresso pelas 19H00.

Contamos contigo!

As inscrições deverão ser feitas até ao dia 12 de Maio (tlf.: 266703473).

Ori-BTT

Decorreu nos dias 27 e 28 de Março em Olhos de Água, Alcanena, uma prova de orientação em BTT (bicicleta de todo o terreno) que contou para o ranking da Taça de Portugal. A organização esteve a

cargo da delegação de Évora, que tem uma equipa praticante desta modalidade, tanto na vertente de Ori-pedestre como de Ori-btt.

Esta equipa, registada com o nome de ADFA-Évora, tem obtido óptimos resultados no âmbito



desportivo, ostentando já um título de campeão nacional, pelo que tem feito uma divulgação da ADFA muito positiva, até por contar também com a apresentação das provas no programa desporto 2 na RTP, aos sábados, onde o nome da ADFA tem sido visto

por várias vezes e sempre com grandes elogios, o que muito honra a instituição.

Nesta competição, em que participaram cerca de 200 atletas, a ADFA obteve os seguintes resultados: no escalão de juniores masculinos » Marcelo Cruz - 5º lugar; no escalão H21A » Bruno Gonçalves - 8º e Carlos Cruz - 12º; no escalão damas 21E » Sandra Rodrigues - 8º; no escalão H21E » Nuno Sousa - 3º e Pedro Martinho - 14º; no escalão veteranos masculino I » Rui Mendes - 4º; veteranos II » Amadeu Pinto - 5º. Por equipas a ADFA obteve o 3º lugar, num total de 27 clubes concorrentes.

Nota útil: a equipa ADFA-Évora tem sítio na Internet, em www.oriadfa.no.sapo.pt.

Facímulo Lopes



Setúbal

Cruzeiro no Douro

Nos dias 19 e 20 de Junho vai realizar-se uma excursão ao Norte, com vista a um inesquecível cruzeiro pelo rio Douro, desfrutando de uma

paisagem única, conhecendo os lugares históricos do vinho do Porto e apreciando a rica gastronomia da região.

No primeiro dia sair-se-á de Setúbal para Santarém, Coimbra e Viseu (almoço livre.) De tarde prossegue-se a viagem por S. Pedro do Sul e visita-se o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego. No segundo dia, após pequeno-almoço no hotel, segue-se para o Pinhão, onde se embarca com destino a Barca d'Alva, sendo que a bordo se servirá não só o almoço como também um "Porto de honra". O regresso, de novo em autocarro, far-se-á por Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Castelo Branco, Abrantes... Setúbal.

O preço por pessoa, e desde que haja um mínimo de 40 participantes, é de 150 euros em quarto duplo, pagando metade crianças dos 3 aos 11 anos, desde que alojadas com 2 adultos.

Para mais informações, e inscrições (até ao dia 11 de Junho), contactar José Faria, pelo telefone 217512600).

Reuniões do Conselho Nacional

À maneira de introdução...

Estando, por coincidência, a meia-maratona de Lisboa marcada para o dia 28 de Março passado, tendo decorrido, felizmente, com tempo bem agradável para tal tipo de prova ao ar livre, o Conselho Nacional da ADFA, integrado pelos conselheiros da Lista Autónoma (1 voto cada=13), por um delegado por Delegação (1 voto cada=12), pela Direcção Nacional (1 voto único) e pelo Conselho Fiscal Nacional (sem direito a voto), sendo presidido pela Mesa da Assembleia Geral Nacional (1 voto único, sendo quase sempre apenas usado como de "qualidade" em casos de empate), realizou uma dupla maratona na véspera, em reuniões que decorreram na Sede Nacional, iniciadas pelas 10 horas da manhã e só terminadas já passava das 19, apenas com um pequeno intervalo para almoço, o qual, por sua vez, serviu certamente ainda para troca de impressões e de informações entre alguns dos presentes. E se nos permitimos esta quase desportiva introdução/comparação, foi para, na realidade, realçar o esforço feito, principalmente por aqueles que, vindos de mais longe, terminado o encontro, ainda se meteram à estrada para, sob péssimas condições meteorológicas, fazerem muitos, mesmo centenas, de quilómetros. Curioso, mesmo louvável, como o fez notar, no encerramento dos trabalhos, o Presidente da MAGN, o facto de também se ter permitido poupar à ADFA, com esta dupla reunião, uma verba rondando os 5000 euros...

Porque no ELO não cabe propriamente uma "acta" das reuniões, nem a isso está habilitado/autorizado o



articulista, também porque jornadas de trabalho interno, ainda que a elas se permita a eventual presença de observadores associados, do se tratou se fará sucinto relato, ainda que representativo do interesse dos assuntos em análise e do empenho, por vezes mais acalorado, posto na sua discussão. Duas certezas poderemos já transmitir aos associados: ainda que diferenças, por parte de cada um, na sensibilidade para algumas das questões, e sempre convicção, por parte dos representantes das Delegações, na defesa dos interesses das próprias, o que ficou bem demonstrado foi, como o também salientaram vários dos participantes nas suas intervenções, que a ADFA é só uma, e uma (por isso também a não referência aqui a nomes), e que a defesa dos direitos dos deficientes das Forças Armadas, em paralelo com a reivindicação legislativa, permanecerá intransigente.

Plano de actividades e orçamento

A parte da manhã foi dedicada especialmente, e com larga troca de impressões, opiniões e informações, à análise e discussão do "Plano de actividades e orçamento para o ano de 2004", documento que, apresentado pela Direcção Nacional, havia já sido enviado, como todos os restantes a serem apreciados, aos conselheiros e às delegações.

Baseado o "Plano", e consequentemente o orçamento, no respectivo "Programa eleitoral", e este, nas áreas próprias, já nas directivas emanadas da Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 28 de Junho de 2003, aí se reafirma, essencialmente, o empenho da DN no aprofundamento da actividade associativa, na con-



tinuidade da política de insistência para que, não só nenhum dos direitos dos deficientes militares seja reduzido, como ainda que haja clarificação e/ou resolução para quantas situações ainda em aberto, pugnando-se para que, finalmente, se promulgue o "Estatuto do deficiente militar" (mais sobre reivindicação legislativa ver

sessão da tarde); a procura, através de parcerias e de protocolos, de mais e melhor apoio domiciliário e acolhimento em residências protegidas, de maior acompanhamento social e em cuidados de saúde, do respeito pelos compromissos das ADM, de mais atenção e recursos para o cada vez mais grave problema do stress de guerra e do pleno funcionamento da Rede Nacional de Apoio, etc., sem esquecer a ampliação e remodelação das instalações da Delegação do Porto e a procura de cedência de infra-estruturas para o Centro de Reabilitação dos Açores, bem como, e sempre, a devolução do Lar Militar, em Lisboa, aos objectivos para que foi criado; uma forte aposta no aproveitamento das novas tecnologias, nomeadamente nas informáticas, quer para uma melhoria e rentabilização dos serviços locais e dos inter-associativos, quer para reestruturação do ELO, do Centro de Documentação e Informação e do sítio/página da

Associação na Internet; o reequacionamento dos espaços físicos que englobam a Sede nacional, a Quinta das Camélias e a tipografia-escola, e ainda o reforço de contactos com entidades e organizações civis e militares, nacionais e internacionais, nomeadamente com vista a adesões ao FIND – Fórum Português de Organizações para a Inclusão da Pessoa com Deficiência e ao FDLF – Fórum das Associações de Pessoas com Deficiência da CPLP.

Iniciadas as intervenções, estas recaíram fundamentalmente sobre duas questões de ordem prática, a primeira quanto à forma de apresentação do "orçamento", já que foi intenção do tesoureiro nacional basear-se mais em valores reais de mais curto prazo do que em pre-

visões feitas pelas delegações há já mais tempo, e a segunda quanto a algumas disparidades nas verbas apresentadas também pelas delegações, tendo sido realçada a intenção da de Lisboa de prescindir do subsídio da Sede face à sua capacidade de gerar receitas, ficando em expectativa o mesmo por parte da do Porto, evidenciando-se também as dificuldades das mais pequenas. Levantadas ainda algumas outras dúvidas e prestados os necessários esclarecimentos,

obtendo-se consenso quanto à necessidade quer de uma gestão global de equilíbrio (de "vasos comunicantes", como alguém referiu), tanto mais difícil quando nunca se sabe se haverão, de quanto serão e quando chegarão futuros subsídios e apoios quer de reuniões prévias e regulares entre os responsáveis financeiros nacional e regionais, foi o "Plano de actividades e orçamento para 2004" aprovado por maioria (2 votos contra/ct, 4 abstenções/ab e 20 a favor/fv), o primeiro digamos que na generalidade, já que na parte da tarde seriam discutidos em particular alguns dos seus pontos mais importantes.

Pareceres, relatórios e ELO

Seguiu-se, a encerrar a reunião da manhã, a apresentação do "Parecer" do Conselho Fiscal Nacional sobre as actividades e situação financeira da ADFA, referente ao 2º semestre de 2003.

A segunda reunião do Conselho Nacional, já na parte da tarde, iniciou-se com a análise de três documentos de obrigação estatutário, os dois primeiros aprovados após breves intervenções e alguns esclarecimentos, um, o "Parecer" sobre o cumprimento do orçamento de 2003, por unanimidade e o outro, o "Relatório de actividades do Conselho Nacional relativo a 2003", por maioria (0/ct, 3/ab e 23/fv), este depois da substituição (também após votação – 7/ct, 5/ab e 14/fv), da palavra "coronel" por "assessor", na parte do texto que refere o falecimento do então seu presidente Jorge Maurício, por assim se entender a prática usual na Associação, sendo que o terceiro, "Parecer" do Conselho Fiscal Nacional sobre as actividades e situação financeira da

ADFA, referente ao 2º semestre de 2003, era apenas para conhecimento e informação.

O ponto quarto da ordem de trabalhos, "Ratificação da nomeação do associado Sérgio Azougado como director do jornal ELO", foi já objecto de acalorada discussão, tendo sido posta em causa tal solução, não pela pessoa indicada, como foi vincado por todos os intervenientes, mas pela sua situação de elemento da Direcção Nacional (2º secretário), o que não sendo impedimento, era contra o uso último na Associação. Levado o documento à votação, o resultado foi de 4/ct, 10/ab e 12/fv, o que inviabilizou aquela ratificação, dada a falta de percentagem necessária para tal (maioria absoluta).

Jorge Maurício, primeiro associado honorário

A propósito do ponto de ordem seguinte, haverá que escrever que o primeiro acto deste Conselho Nacional, logo de manhã, foi, pela prestação de um minuto de silêncio e uma sentida homenagem a Jorge Maurício, o qual, por inerência das funções de presidente da MAGN, o era também do CN, tendo nesta qualidade dirigido os trabalhos das suas últimas sessões anteriores. Em relação então aos assuntos a analisar, foi pacífica a aceitação do seu, considere-se assim documento base – "Aprovação do Regulamento de atribuição da qualidade de associado honorário" –, distinção que já considerada no artº 36º, alínea o) dos Estatutos, não podia, até agora, ser atribuída por falta da respectiva regulamentação. Porque, como foi perceptível por todos os presentes, esta proposta, feita neste particular Conselho Nacional, tinha a ver com duas outras subsequentes – "proposta de atribuição da qualidade de

Relatório de actividades da Direcção Nacional da ADFA relativo ao ano de 2003

(com vista à reunião ordinária da Assembleia Geral Nacional de 17 de Abril de 2004)

INTRODUÇÃO

O presente "Relatório" constitui o relatório das actividades de toda a ADFA, verificada a inclusão nele da correspondente às Delegações, cujo texto não divulgado aqui por razões de extensão e de já se encontrarem aprovadas pelas Assembleias respectivas.

ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS

O ano de 2003, para além de uma vivência associativa, sobressai a realização do acto eleitoral de 29 de Novembro, no qual foram plebiscitados os actuais Órgãos Sociais Nacionais e das Delegações, salientando-se a intensa participação associativa e o regresso à normalidade estatutária das Delegações de Vila Rica e Coimbra, esta já com a apresentação de contas e relatório, aprovados em Assembleia própria.

Destacam-se, dos encontros associados de cariz nacional e regional, as reuniões diversas e descentralizadas comemorativas do 29.º aniversário da ADFA, com destaque para a sessão comemorativa que teve lugar na Sede Nacional, no próprio dia 14 de Maio, com a presença do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes e de entidades civis e militares de relevo, para além de representantes de associações comunitárias e empresariais, e de dirigentes, associados e trabalhadores da ADFA.

Em outros momentos intensos da vida associativa, participados por várias centenas de associados, concretizaram-se o 1.º Encontro Nacional da AGNO, reunida em Leiria em 12 de Abril, e na AGNE, ocorrida em 28 de Junho, na qual foi aprovado o documento reivindicativo que, a partir de agora, serve de base à negociação associativa com o Governo.

O acto significativo, realizado no ano de 2003, foi a romagem que se realizou àquela Assembleia Geral Ordinária, em homenagem aos associados falecidos, junto ao monumento aos Combatentes do Brasil, em Belém. Seriam estas as actividades nacionais, a que se juntou o associado Jorge Maurício, falecido pouco depois no exercício do seu mandato.

As actividades de manutenção e desenvolvimento associativo e movimentação associativa foram objectivos fundamentais da DN, num quadro de grande dinamismo, no entanto sempre subscrito pelas responsabilidades das atribuições estatutárias de representação, no

pleno exercício dos deveres e direitos de todos os associados, designadamente por parte dos eleitos.

O ano de 2003 trouxe desafios significativos a que houve que dar respostas eficazes e responsáveis, para cujo equacionamento concorreu a colaboração do "todo associativo" (estruturas orgânicas e associados individualmente).

Dentro, embora, duma dinâmica de intervenção e participação intensas por parte da ADFA, as contas apresentadas à apreciação e votação da AGNO reflectem os mesmos níveis de contenção que têm vindo a ser praticados, e para cujo cumprimento se contou com a disponibilidade e esforço das Delegações, com base no rigor da sua actividade financeira, levado a cabo nos últimos anos.

A DN acompanhou e apoiou as actividades da generalidade das Delegações, tendo incidido a sua atenção especial sobre as seguintes questões e projectos em desenvolvimento:

- projecto de remodelação e ampliação das instalações da Delegação do Porto, visitada pelo Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, por razão desse motivo, em 19 de Março, o qual assinou com a ADFA, em 26 de Junho, o contrato de cedência a título precário do "palacete" da Rua dos Francos, agora integrado nas instalações da Delegação. A entrega definitiva da nova estrutura foi efectuada em 10 de Outubro;
- avanço, segundo a orientação da AGNO de 12 de Abril, na busca de solução, com dignidade, para as instalações da Delegação de Coimbra, com apresentação de processos judiciais, no sentido da anulação da permuta efectuada e apuramento de alegadas responsabilidades na execução da sua gestão corrente e financeira;
- incentivo a uma maior divulgação da filosofia e acervo documental do Museu da Guerra Colonial, em Famalicão e,
- envolvimento no projecto do "Centro de Reabilitação dos Açores", tendo-se, para o efeito, continuado com diligências junto da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do MDN e encetado conversações com o Presidente do Governo

Regional do arquipélago, que assumiu o interesse local do projecto, no discurso oficial que proferiu em 7 de Novembro, aquando da reabertura da remodelada sede da Delegação, obra consumada com o forte apoio financeiro daquele Governo e o contributo da ADFA.

GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira do ano de 2003, ainda assente num orçamento nacional deficitário, tendeu objectivamente para a redução do deficit previsto, para a qual foi indispensável o contributo de contas equilibradas por parte das Delegações, assente no sacrifício que lhes foi sugerido e na busca desejável de uma situação económica, que permita o repensar futuro da Associação, no encontro de soluções que venham a garantir-lhe a auferição de outros rendimentos próprios.

A dinâmica e equilíbrio alcançados foram reflexo do reforço da actividade associativa, fruto da relação corresponsável com as direcções das Delegações, e expressa nas reuniões conjuntas, que muito contribuíram para a harmonização da gestão e intervenção nacionais da ADFA.

NÚCLEO NO MAPUTO

Deu-se seguimento ao apoio ao Núcleo de Moçambique, que vem desenvolvendo um trabalho meritório no acompanhamento dos deficientes militares portugueses residentes naquele país, tendo-se definido com clareza, aquando da visita efectuada pelo 1.º secretário da DN, em Novembro, o seu modo de funcionamento e critérios de selecção daqueles, em razão da sua deslocação a Portugal, quer para efeitos de tratamento médico, quer de organização de processos.

Para a obtenção de melhores e mais expeditos resultados, dentro daquele objectivo, continuaram a desenvolver-se esforços para conciliação de cooperação das entidades públicas, designadamente junto do Governo Militar de Lisboa.

Prepararam-se condições para que, logo que possível, se possam criar estruturas associativas idênticas noutras áreas de Moçambique, tal como, em sequência de diligências ainda não concretizadas, em Angola e Guiné-Bissau.

LEGISLAÇÃO E REIVINDICAÇÃO

Evidenciou-se a matriz da ADFA,

como associação de deficientes militares, numa dinâmica e postura que expuseram, perante os poderes e a opinião pública, o nosso universo específico, muito mais abrangente e merecedor de respeito, do que a sua origem na área restrita dos antigos combatentes.

Intensificou-se, a partir da AGNE de 28 de Junho, a discussão e negociação com o MDN, do caderno reivindicativo "Elenco de medidas a adoptar", reforçado pelo documento aprovado naquela Assembleia, pugnando-se também para que, como até agora tem acontecido, nenhum dos nossos direitos tivesse sido posto em causa.

Por outro lado, não foram bem sucedidas as diligências para que, durante o ano, fossem renovados os cartões caducados da ADME e pagas, aos DFA oriundos da classe de praças, as diferenças de remuneração por equiparação com os mesmos postos e escalões da GNR.

Pela parte positiva, salda-se:

- a disponibilidade do MDN, para resolver algumas injustiças legislativas existentes, através do "Estatuto do Deficiente Militar", diploma a estruturar com a ADFA, no decurso de 2004;
- a clarificação de que o n.º 2 do art.º 80.º do Estatuto da Aposentação não tem aplicação nas reformas dos deficientes militares, que prestaram serviço à Administração Pública;
- a acumulação do tempo anterior ao cumprimento do serviço militar, com o posterior a este, já se encontra reconhecida por despacho do Secretário de Estado do Orçamento, de 27 de Junho, o qual recomenda à CGA a aplicação da recomendação do Provedor de Justiça, relativa a essa matéria. Complementarmente, foi garantido pela Secretaria de Estado da Defesa e Antigos Combatentes que a regulamentação da Lei n.º 9/2002 (tempo de serviço militar prestado em situação de risco) vai ter, em relação aos deficientes militares, a aplicação prática que se encontra garantida pelo corpo e espírito do seu art.º 8.º.

ÁREA SOCIAL E DE SAÚDE

Desenvolveram-se as abordagens para que, em protocolos entre o

| ADFA- ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS | | S E D E | | | | | | | |
|---|--|--------------|--------------------|--------------|--------------|---------------------------------------|--------------------------------|-----------------|--------------|
| BALANÇO | | 2 0 0 3 | | 2002 | | 2003 | | | |
| CODIGOS DAS CONTAS | A C T I V O | ACTIVO BRUTO | AMORTIZ. E PROVIS. | LIQUIDO | LIQUIDO | CODIGOS DAS CONTAS | CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | PASSIVO LIQUIDO | LIQUIDO |
| IMOBILIZADO | | | | | | CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| 411 | Imobilizações Financeiras | | | | | | | | |
| | Partes de Capital | 2,992.79 | 0.00 | 2,992.79 | 2,992.79 | | | | |
| Imobilizações Corpóreas | | | | | | | | | |
| 422 | Edifícios e Outras Construções | 2,886,749.38 | 350,415.27 | 2,536,334.11 | 2,536,768.05 | | | | |
| 423 | Equipamento Básico | 176,366.31 | 150,805.87 | 25,560.44 | 22,797.40 | 571 | Reservas | 3,098,762.37 | 3,228,092.35 |
| 424 | Equipamento de Transporte | 50,042.86 | 43,077.09 | 6,965.77 | 10,946.36 | | | | |
| 425 | Ferramentas e Utensílios | 11,570.56 | 11,570.56 | 0.00 | 0.00 | 59 | Resultados Transitados | -173,749.29 | -132,743.98 |
| 426 | Equipamento Administrativo | 435,578.94 | 431,253.58 | 4,325.36 | 60,329.48 | | | | |
| 429 | Outras Imobilizações Corpóreas | 13,466.61 | 13,466.61 | 0.00 | 0.00 | | | 2,925,013.08 | 3,095,328.37 |
| | Imobilizações Incorpóreas | | | | | | | | |
| 441 | Imobilizações em Curso | 415,599.57 | 0.00 | 415,599.57 | 415,599.57 | 88 | Resultado Líquido do Exercício | -56,862.14 | -173,749.29 |
| | | 3,992,367.02 | 1,000,588.98 | 2,991,778.04 | 3,049,433.65 | | | 2,868,150.94 | 2,921,579.08 |
| CIRCULANTE | | | | | | PASSIVO | | | |
| Existências | | | | | | DIVIDAS TERCEIROS-MEDIO/LONGO PRAZO | | | |
| 36 | Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo | | | | | 261 | Fornecedores de Imobilizado | 4,112.70 | 14,932.70 |
| 35 | Produtos e Trabalhos em Curso | | | | | DIVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO | | | |
| 33 | Produtos Acabados e Intermédios | | | | | 221 | Fornecedores-c/Corrente | 58,563.98 | 54,737.00 |
| 32 | Mercadorias | 13,813.88 | | 13,813.88 | 17,866.81 | 24 | Estado e Outros Entes Públicos | 11,033.46 | 11,220.01 |
| DIVIDAS DE TERCEIROS-CURTO PRAZO | | | | | | 268 | Sede/Delegações | 12,383.16 | 10,899.89 |
| 211 | Clientes-C/Corrente | 5,703.66 | | 5,703.66 | 12,208.56 | 268 | Centros Produtivos | 83,855.21 | 72,518.31 |
| 24 | Estado e Outros Entes Públicos | | | | | 263/267 | Outros Credores | 327.89 | 295.33 |
| 268 | Centros Produtivos | | | | | 268/211 | Outros Credores | 167,780.90 | 239,124.81 |
| 268 | Sede/Delegações | 96,947.58 | | 96,947.58 | 102,462.99 | | | 333,944.60 | 388,796.15 |
| 268/221 | Outros Devedores | 265,211.46 | | 265,211.46 | 187,320.57 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | |
| TÍTULOS NEGOCIÁVEIS | | | | | | 273 | Acrescimos de Custos | 110,037.49 | 102,268.50 |
| 159 | Outros Títulos Negociáveis | | | | | 274 | Receitas com Provento Diferido | 185,141.75 | 99,425.72 |
| 12+13+14 | Depósitos Bancários | 125,956.15 | | 125,956.15 | 144,963.17 | Total do Passivo | | 633,236.54 | 605,423.07 |
| 11 | Caixa | 521.44 | | 521.44 | 251.25 | | | | |
| ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | | | | |
| 271 | Acrescimos de Proveitos | 0.00 | | 0.00 | 6,530.00 | | | | |
| 272 | Despesas com Custo Diferido | 1,455.27 | | 1,455.27 | 5,965.15 | | | | |
| Total do Activo | | 4,501,976.46 | 1,000,588.98 | 3,501,387.48 | 3,527,002.15 | Total do Capital Próprio e do Passivo | | 3,501,387.48 | 3,527,002.15 |

Ministério da Defesa Nacional e outros, e organizações públicas e privadas, se garanta a implementação de apoio domiciliário e acolhimento em residências protegidas, que previnam a idade maior dos deficientes militares que deles careçam, ou venham a carecer, sem prejuízo da assunção de idênticas responsabilidades por parte da ADFA.

Neste quadro se desenvolveram acções para o claro reconhecimento, por parte do MDN, da Cruz Vermelha Portuguesa e das estruturas de saúde dos três ramos das Forças Armadas, da afectação do Lar Militar aos objectivos para que foi criado, na senda das legítimas expectativas que os deficientes militares nele depositam, para o seu digno acolhimento naquela modelar unidade de saúde.

STRESS DE GUERRA E REDE DE APOIO

Insistiu-se, e com empenhamento, durante todo o ano transacto, na execução do protocolo, celebrado com o Ministério da Defesa Nacional, que incluiu a ADFA na Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra, cujo bom funcionamento vimos exigindo, sem sucesso, tal como a complementaridade das nossas equipas multi-disciplinares de Lisboa e Porto, em relação aos serviços públicos de

saúde e apoio social, para efeitos das vertentes de despiste e avaliação, num trabalho sério que possa expandir-se a outras Delegações, a partir dos pólos já existentes.

Esta tarefa da ADFA revestiu-se de peculiar importância, uma vez que se orienta para a dedicação a ex-militares afectados por perturbações psíquicas,

que os tornam carentes de apoio de saúde num quadro clínico, que poderá, para alguns deles, configurar uma futura classificação como DFA.

NA EXECUÇÃO DAS VERTENTES POSSÍVEIS, FACE AO ÂMBITO DO PROTOCOLO ASSINADO, FORAM DE SALIÊNCIA AS PRESTAÇÕES DAS NOSSAS EQUIPAS, QUANTAS VEZES SOLICITADAS PELOS SERVIÇOS

PÚBLICOS DE SAÚDE, A QUEM COM FAZER FUNCIONAR A "REDE", TAL COMO DE REALCE O SEU LABOR NA VERTENTE ACOMPANHAMENTO E A PRESENÇA DE SESSÕES DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE A PATOLOGIA E A PRÓPRIA "REDE" OCORRIDAS EM DIVERSAS PARTES DO PAÍS CONFORME SE DESCREVE:

— em 31 de Janeiro, o Núcleo

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

| ADFA- ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS | | S E D E | | | | | | | |
|---|--|--------------|--------------------|--------------|--------------|---------------------------------------|--------------------------------|-----------------|--------------|
| BALANÇO | | 2 0 0 3 | | 2002 | | 2003 | | 2002 | |
| CODIGOS DAS CONTAS | A C T I V O | ACTIVO BRUTO | AMORTIZ. E PROVIS. | LIQUIDO | LIQUIDO | CODIGOS DAS CONTAS | CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | PASSIVO LIQUIDO | LIQUIDO |
| IMOBILIZADO | | | | | | CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| 411 | Imobilizações Financeiras | | | | | | | | |
| | Partes de Capital | 2,992.79 | 0.00 | 2,992.79 | 2,992.79 | | | | |
| Imobilizações Corpóreas | | | | | | | | | |
| 422 | Edifícios e Outras Construções | 2,886,749.38 | 350,415.27 | 2,536,334.11 | 2,536,768.05 | | | | |
| 423 | Equipamento Básico | 176,366.31 | 150,805.87 | 25,560.44 | 22,797.40 | 571 | Reservas | 3,098,762.37 | 3,228,092.35 |
| 424 | Equipamento de Transporte | 50,042.86 | 43,077.09 | 6,965.77 | 10,946.36 | | | | |
| 425 | Ferramentas e Utensílios | 11,570.56 | 11,570.56 | 0.00 | 0.00 | 59 | Resultados Transitados | -173,749.29 | -132,743.98 |
| 426 | Equipamento Administrativo | 435,578.94 | 431,253.58 | 4,325.36 | 60,329.48 | | | | |
| 429 | Outras Imobilizações Corpóreas | 13,466.61 | 13,466.61 | 0.00 | 0.00 | | | 2,925,013.08 | 3,095,328.37 |
| | Imobilizações Incorpóreas | | | | | | | | |
| 441 | Imobilizações em Curso | 415,599.57 | 0.00 | 415,599.57 | 415,599.57 | 88 | Resultado Líquido do Exercício | -56,862.14 | -173,749.29 |
| | | 3,992,367.02 | 1,000,588.98 | 2,991,778.04 | 3,049,433.65 | | | 2,868,150.94 | 2,921,579.08 |
| CIRCULANTE | | | | | | PASSIVO | | | |
| Existências | | | | | | DIVIDAS TERCEIROS-MEDIO/LONGO PRAZO | | | |
| 36 | Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo | | | | | 261 | Fornecedores de Imobilizado | 4,112.70 | 14,932.70 |
| 35 | Produtos e Trabalhos em Curso | | | | | DIVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO | | | |
| 33 | Produtos Acabados e Intermédios | | | | | 221 | Fornecedores-c/Corrente | 58,563.98 | 54,737.00 |
| 32 | Mercadorias | 13,813.88 | | 13,813.88 | 17,866.81 | 24 | Estado e Outros Entes Públicos | 11,033.46 | 11,220.01 |
| DIVIDAS DE TERCEIROS-CURTO PRAZO | | | | | | 268 | Sede/Delegações | 12,383.16 | 10,899.89 |
| 211 | Clientes-C/Corrente | 5,703.66 | | 5,703.66 | 12,208.56 | 268 | Centros Produtivos | 83,855.21 | 72,518.31 |
| 24 | Estado e Outros Entes Públicos | | | | | 263/267 | Outros Credores | 327.89 | 295.33 |
| 268 | Centros Produtivos | | | | | 268/211 | Outros Credores | 167,780.90 | 239,124.81 |
| 268 | Sede/Delegações | 96,947.58 | | 96,947.58 | 102,462.99 | | | 333,944.60 | 388,796.15 |
| 268/221 | Outros Devedores | 265,211.46 | | 265,211.46 | 187,320.57 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | |
| TÍTULOS NEGOCIÁVEIS | | | | | | 273 | Acrescimos de Custos | 110,037.49 | 102,268.50 |
| 159 | Outros Títulos Negociáveis | | | | | 274 | Receitas com Provento Diferido | 185,141.75 | 99,425.72 |
| 12+13+14 | Depósitos Bancários | 125,956.15 | | 125,956.15 | 144,963.17 | Total do Passivo | | 633,236.54 | 605,423.07 |
| 11 | Caixa | 521.44 | | 521.44 | 251.25 | | | | |
| ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | | | | |
| 271 | Acrescimos de Proveitos | 0.00 | | 0.00 | 6,530.00 | | | | |
| 272 | Despesas com Custo Diferido | 1,455.27 | | 1,455.27 | 5,965.15 | | | | |
| Total do Activo | | 4,501,976.46 | 1,000,588.98 | 3,501,387.48 | 3,527,002.15 | Total do Capital Próprio e do Passivo | | 3,501,387.48 | 3,527,002.15 |

Leiria organizou naquela cidade, um colóquio técnico designado "O caminho do stress pós-traumático";

- as Delegações de Viseu e Porto organizaram colóquios sobre stress em Viseu e Vila Real, respectivamente, em 23 de Abril e 6 de Maio;
- na Delegação do Porto, o sub-director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e coordenador da Comissão Nacional de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra, debateu os novos rumos da "Rede", com as equi-pas multi-disciplinares daquela delegação e da de Lisboa, em 12 de Junho;
- em Bragança, a Delegação instalada naquela cidade desenvolveu um colóquio denominado " Stress pós traumático de guerra...continuar a esquecer não é solução!", em 22 de Outubro e,
- em Albufeira, técnicos da ADFA proferiram intervenções no colóquio, organizado em 15 de Novembro pelo "Clube Esco-laAmizade", sob o tema "A guerra colonial".

MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Consolidou-se o sistema informático, ao ser-lhe garantida segurança e eficácia, em articulação com o início da actualização dos ficheiros individuais, agora disponíveis através do programa de Gestão Informática de Sócios - GIS, para além do apetrechamento de software específico para os programas da contabilidade e da gestão da Tipografia-escola.

Dotaram-se os gabinetes jurídicos da ADFA com programas e equipamentos informáticos específicos, no cumprimento da disposição legal, criada para a harmonização do novo sistema de apresentação de peças jurídicas nas estruturas judiciais.

Insistiu-se na renovação geral do ELO, tendo-se modificado a forma da sua expedição, embalado em manga plástica, alteração do agrado geral dos associados, assinantes e outros leitores, tendo-se tido também em vista que ele lhes chegasse em tempo útil e boas condições, já que para aqueles o nosso jornal constitui uma referência.

No sentido da mudança prevista, no final do ano contratou-se o fornecimento de complemento informático, o qual permite a remessa do ELO via internet, directamente da nossa

redacção para a gráfica que o imprime, o que lhe aumentou a eficácia e rapidez na expedição.

RELACIONAMENTO E CONTACTOS:

— NACIONAL

Perseverou-se na linha de abertura aos poderes central e local, à instituição militar e às comunidades nas quais as Delegações estão inseridas, no intuito de se obterem sinergias capazes de viabilizar soluções para constrangimentos nas áreas da legislação, cuidados de saúde, apoio à terceira idade, formação e inserção profissionais e ocupação de tempos livres, entre outras matérias.

Dos contactos efectuados, relevavam-se as audiências:

- com o Presidente da República, em 20 de Outubro, com o Ministro de Estado e da Defesa Nacional, em 9 de Maio, com o Grupo Parlamentar do PS, em 18 de Fevereiro, com o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, em 16 de Dezembro, com o Secretário de Estado da Administração Interna, em 17 de Janeiro, e com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência, em 6 de Novembro.

Acentuou-se a cooperação com outras associações, quer na formulação das políticas gerais que se abarcam nos objectivos da ADFA quer em áreas mais específicas, para lá da própria área da deficiência, sempre que dissessem respeito aos interesses dos nossos associados, como foi o caso das reivindicações dos antigos combatentes, relativamente à lei n.º9/2002, de 11 de Fevereiro.

— INTERNACIONAL

Participámos activamente em realizações e iniciativas de organizações internacionais, com especial incidência nas seguintes:

- 24.ª Assembleia Geral da FMAC, em Joanesburgo - África do Sul, em Dezembro;
- congresso internacional, subordinado ao tema "Discapacidade en las Fuerzas Armadas y Guardia Civil", organizado em Madrid pela ACIME, no mês de Outubro, onde a Direcção Nacional apresentou um estudo sobre a evolução legislativa e assistencial a deficientes militares, desde o início do século XIX, comunicação muito bem recebida pelas entidades políticas, militares e de reabilitação presentes.

| BALANÇO CONSOLIDADO (SEDE + DELEG.) | | 2003 | | | 2002 | | A.D.F.A | | 2003 | | 2002 | |
|---|--|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--|---------------------------|-------------------|-------------------|--|------|--|
| CÓDIGOS DAS CONTAS | ACTIVO | ACTIVO BRUTO | AMORTIZ. E PROVIS. | LIQUIDO | LIQUIDO | CÓDIGOS DAS CONTAS | CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | PASSIVO LIQUIDO | LIQUIDO | | | |
| IMOBILIZADO | | | | | | CAPITAL PRÓPRIO | | | | | | |
| Imobilizações Corpóreas | | | | | | 571 Reservas | | 345,772.22 | 344,257.22 | | | |
| 422 | Edifícios e Outras Construções | | | 143,419.50 | 143,419.50 | 59 Resultados Transitados | | -9,644.00 | 1,515.00 | | | |
| 423 | Equipamento Básico | 521,267.90 | 377,848.40 | 143,419.50 | 143,419.50 | | | 336,128.22 | 345,772.22 | | | |
| 424 | Equipamento de Transporte | 24,752.33 | 19,107.27 | 5,645.06 | 5,645.06 | 88 Resultado Líquido do Exercício | | -1,740.65 | -9,644.00 | | | |
| 425 | Ferramentas e Utensílios | 346.66 | | 346.66 | 346.66 | Total do Capital Próprio | | 334,387.57 | 336,128.22 | | | |
| 426 | Equipamento Administrativo | 16,196.46 | 4,029.39 | 12,167.07 | 12,167.07 | PASSIVO | | | | | | |
| 429 | Outras Imobilizações Corpóreas | | | | | 231 DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO | | 71,394.89 | 109,005.35 | | | |
| | Imobilizações em Curso | | | | 24,179.91 | DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO | | | | | | |
| 431 | Despesas Instalação | 562,563.35 | 400,985.06 | 161,578.29 | 185,758.20 | 221 Fornecedores-c/Corrente | | 81,463.55 | 77,736.85 | | | |
| CIRCULANTE | | | | | | 24 Estado e Outros Entes Públicos | | 9,789.66 | 12,157.07 | | | |
| Existências | | | | | | 268 Sede/Delegações | | 348.37 | 15,469.70 | | | |
| 36 | Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo | 9,767.72 | | 9,767.72 | 9,290.15 | 268 Outros Credores | | 91,601.58 | 105,363.62 | | | |
| 35 | Produtos e Trabalhos em Curso | 15,828.66 | | 15,828.66 | 3,469.50 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | |
| 33 | Produtos Acabados e Intermédios | | | | | 273 Acrecimentos de Custos | | 18,682.80 | 17,688.05 | | | |
| 32 | Mercadorias | | | | | Total do Passivo | | 181,679.27 | 232,057.02 | | | |
| DÍVIDAS DE TERCEIROS-CURTO PRAZO | | | | | | | | | | | | |
| 211 | Clientes-C/Corrente | 124,077.68 | | 124,077.68 | 191,817.91 | | | | | | | |
| 24 | Estado e Outros Entes Públicos | | | | | | | | | | | |
| 268 | Centros Produtivos | | | | | | | | | | | |
| 268 | Sede/Delegações | 83,855.21 | | 83,855.21 | 72,518.31 | | | | | | | |
| 268 | Outros Devedores | | | | | | | | | | | |
| TÍTULOS NEGOCIÁVEIS | | | | | | | | | | | | |
| 159 | Outros Títulos Negociáveis | | | | | | | | | | | |
| 12+13+14 | Depósitos Bancários | 110,013.24 | | 110,013.24 | 104,689.25 | | | | | | | |
| 11 | Caixa | 249.40 | | 249.40 | 249.40 | | | | | | | |
| | | 110,262.64 | | 110,262.64 | 104,938.65 | | | | | | | |
| ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | | | | | | | |
| 271 | Acréscimos de Proventos | | | | | | | | | | | |
| 272 | Despesas com Custo Diferido | 738.93 | | 738.93 | 392.52 | | | | | | | |
| Total do Activo | | 907,094.19 | 400,985.06 | 506,109.13 | 568,185.24 | Total do Capital Próprio e do Passivo | | 516,066.84 | 568,185.24 | | | |

Noutro sentido, a ADFA evoluiu contactos com os órgãos do Fórum das Associações das Pessoas com Deficiência da CPLP, no intuito da sua adesão àquele movimento.

Com o título de "Não impedida a guerra, reclamamos a paz imediata!", a ADFA tomou posição pública sobre a desnecessidade da guerra iniciada no Iraque, reforçada pelo facto de a coligação ter agido sem a emissão de mandato claro, por parte da ONU.

INSTALAÇÕES E PROJECTOS

Implementou-se um modo diferente de negociar com a Direcção Geral de Infra-Estruturas do MDN, relativamente à forma, anteriormente praticada, da aceitação da cedência de imóveis de real valia para a nossa Associação, e que têm origem de posse no domínio militar. A partir da filosofia que defendemos nesta vertente, já foi possível resolver a questão das instalações definitivas da Delegação do Porto, e desenvolvem-se diligências idênticas, em relação à "Quinta das Camélias" e à decisiva fixação da nossa Tipografia-escola.

Das soluções a encontrar dependerá, em grande parte, o desenvolvimento que a ADFA assumirá nas áreas produtivas, da saúde, prótica, de apoio a grandes deficientes com carências de apoio domiciliário e de residência protegida, e de ocupação de tempos livres.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIOS

Em 2003 ministraram-se os estágios correspondentes aos cursos de "Escritório electrónico" e "Artes gráficas", na sequência da formação ocorrida em sala no ano anterior, e reequacionou-se a filosofia da ADFA, em termos da continuidade da sua prestação na área da formação profissional, face aos actuais panorama e exigência dos programas respectivos.

Numa atitude responsável, que sempre constituiu o seu timbre, a nossa Associação, pela credibilidade que lhe reconhecem as organizações

da área, e as pessoas portadoras de deficiência, em geral, decidiu parar para pensar!

Assim, interrompemos em 2003 as candidaturas a cursos de formação profissional, certos de que as expectativas que criávamos aos formandos não passavam de meros paliativos, subsídios substitutivos de um rendimento social garantido, que se denomina por "bolsa de formação". Na realidade, e na generalidade, o formando afectado por deficiência vai deambulando de bolsa em bolsa, até ao desemprego final!

Estas "aberturas" para bicos sem saída, levaram a ADFA a levantar a questão da renovação e inovação da acreditação de cursos, normas de recrutamento de formandos e das entidades e profissionais de formação.

Neste impasse, a ADFA decidiu aguardar a aplicação de linhas claras, nesta vertente tão importante da "Política da prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência", para aquilatar da sua capacidade de parceria nesta valência, na sequência do crédito que nela granjeou.

ANO EUROPEU DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Foi objectivo alcançado a intervenção da ADFA nas actividades do "2003 - Ano Europeu das Pessoas com Deficiência", na consequência responsabilizante da sua eleição pelo movimento associativo, como membro integrante da respectiva Comissão Nacional de Coordenação, participando activamente nas iniciativas levadas à prática a nível nacional e distrital, em aproveitamento da boa inserção das nossas Delegações nas suas comunidades.

De entre as múltiplas participações no âmbito internacional, nacional, regional e local, no intuito da sensibilização da opinião pública sobre os problemas das pessoas com deficiência, a DN sobressai os seguintes eventos, nos quais interveio directamente:

- presença na Mesa de Honra da sessão de abertura a 12 de Março, em cerimónia e espectáculo, presididos pelo Primeiro-ministro e decorridos no Centro dos Congressos de Lisboa;
- participação e intervenção no colóquio relativo ao AEPD, organizado em Velas, Ilha de São Jorge - Açores, com organização da Delegação daquela região, em parceria com o Governo Autónomo e a autarquia local;
- presença na gala de encerramento, no Porto, composta por um espectáculo, realizado em 25 de Novembro e a que assistiram o Primeiro-ministro e o Ministro da Segurança Social e do Trabalho;
- presença e intervenção, em representação da Presidente da Comissão Nacional para a Coordenação do AEPD, na sessão de encerramento realizada a 3 de Dezembro, na Guarda, promovida pela Comissão Distrital respectiva;
- representação da referida Comissão Nacional do AEPD e da Presidente da Comissão Directiva do SNRIPD, no congresso de encerramento das actividades a nível europeu, em Roma, de 5 a 8 de Dezembro e,
- dentro das actividades da ADFA, destaca-se a parceria com a Galp-Energia, que promoveu o desenvolvimento de um projecto que garante o acesso de grandes deficientes motores, com dignidade e autonomia, ao fornecimento de combustíveis e outros produtos daquela empresa, nos postos de auto-serviço, tal como o fornecimento de bens existentes nas respectivas lojas de ocasião. O dispositivo foi apresentado publicamente com a presença de diversas entidades, das quais se destaca o Ministro da Segurança Social e do Trabalho, em 19 de Maio, e no final de 2003 já era significativa a expansão do serviço a postos aderentes, ao longo de todo o país.

Acompanharam-se eficaz e atentamente, dentro da iniciativa da audição das ONG da área da deficiência, que decorreram no âmbito das modificações legislativas impulsionadas e emergentes do espírito e objectivos traçados pela União

Europeia, ao proclamar 2003 como Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

Nesse sentido, a ADFA colaborou activamente nos trabalhos de preparação e elaboração dos Projectos de Lei de Base Jurídica para a Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência, e no relativo ao seu movimento associativo.

A DN interveio e deu o seu contributo, para um maior e melhor empenhamento das estruturas nacionais de reabilitação na aplicação objectiva de uma nova política nacional nessa matéria.

QUALIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS

Na esteira desse desiderato, foi com agrado que a ADFA acompanhou a atribuição ao CRPG da Marca Europeia de Qualidade para Centros de Reabilitação, uma distinção merecida que lhe reconhece a condição de estrutura modelar nas valências diversas que desenvolve.

Outra realização importante no ano de 2003, foi a remodelada e mais criativa edição da Feira Nacional de Ajudas Técnicas - AJUTEC, que, no Porto e de 18 a 21 de Setembro, mostrou o que de melhor está disponível para a população portadora de deficiência naquelas matérias.

Pelo terceiro ano consecutivo uma delegação da ADFA visitou em Outubro a RehaCare International - 14.ª Feira Profissional Internacional para Pessoas com Deficiências e Com Necessidade de Assistência, em Düsseldorf, onde colheu novas informações sobre as últimas inovações tecnológicas correspondentes, em aplicação à qualidade de vida dos portadores de grandes deficiências, tendo, por outro lado, colhido experiência muito positiva na visita à Barrierfrei em Hamburgo, associação vocacionada para o apoio a cidadãos com deficiência, sobre adaptação de habitação e viaturas, informação e orientação das melhores ajudas técnicas em relação a cada tipo e vertente da deficiência, visitando, também como vai sendo tradição, o Hospital Militar de Hamburgo, designadamente com reunião com o seu director e elementos da respectiva equipa clínica e técnica, que evidenciaram a total remodelação e modernização da sua clínica de fisioterapia, bem conhecida de parte significativa dos nossos associados amputados.

ADFA, Sede Nacional,
25 de Março de 2004

O presidente
da Direcção Nacional

Cândido Manuel Patuleia Mendes

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

TIPOGRAFIA-ESCOLA

| CÓDIGOS DAS CONTAS | CUSTOS E PERDAS | 2003 | 2002 | CÓDIGOS DAS CONTAS | PROVEITOS E GANHOS | 2003 | 2002 |
|--------------------|--------------------------------------|------------|------------|--------------------|------------------------------------|------------|------------|
| 61 | Custo das Mercadorias Vendidas | 115.549,61 | 149.887,05 | 71 | Vendas de Mercadorias | 434.118,47 | 486.622,70 |
| | | | | 72 | Prestação de Serviços | -12.359,16 | 3.186,62 |
| | | 115.549,61 | 149.887,05 | | Variação da Produção | 421.759,31 | 489.809,32 |
| 62 | Fornecimentos e Serviços Externos | 116.214,76 | 117.445,18 | | | | |
| 642 | Custos com o Pessoal | 128.519,89 | 132.900,65 | 73 | Proveitos Suplementares | | |
| 645 | Remunerações | 21.780,23 | 23.293,17 | 74 | Subsídios à Exploração | | |
| | Encargos Sociais | 266.514,88 | 273.639,00 | 76 | Outros Proveitos Operacionais | | |
| | | | | | | | |
| 66 | Amortizações do Imobilizado Corpóreo | 33.234,81 | 38.888,68 | | | | |
| 67 | Provisões | 33.234,81 | 38.888,68 | 78 | Proveitos e Ganhos Financeiros | 1.649,21 | 804,63 |
| | | | | | Outros Juros e Proveitos Similares | 1.649,21 | 804,63 |
| 63 | Impostos | 8,34 | 8,28 | | | | |
| 65 | Outros Custos Operacionais | 8,34 | 8,28 | 79 | Proveitos e Ganhos Extraordinários | 3.120,75 | 39,32 |
| | | | | | | | |
| 68 | Custos Financeiros | 3.893,57 | 6.602,09 | | | | |
| | Juros e Custos Similares | 3.893,57 | 6.602,09 | | | | |
| 69 | Custos e Perdas Extraordinárias | 9.068,71 | 31.266,17 | | | | |
| 88 | Resultado Líquido do Exercício | -1.740,65 | -9.644,00 | | | | |
| | Total do Débito | 426.529,27 | 490.647,27 | | Total do Crédito | 426.529,27 | 490.647,27 |

associado honorário a Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício, bem como a atribuição do seu nome ao Salão Nobre da Sede Nacional" –, assistiu-se, após aprovação por unanimidade do Regulamento, a um período de

intervenção extremamente emotivo já que, exaltando-se sempre a personalidade do amigo e o papel associativo de quem se queria homenagear, se dividiram as opiniões sobre a oportunidade dos actos e/ou se o próprio aceitaria tais distinções, ainda que tendo o mesmo referido, várias vezes, que a ADFA se mostrava madrastra para com os que já muito de si haviam dado à casa/causa, não lhes prestando o reconhecimento que mereciam. Postas a votação, em separado, as duas propostas de atribuição, já então subscritas por várias delegações e por diversos conselheiros, foi a primeira – associado honorário a título póstumo –, aprovada com 1 voto de abstenção, e a segunda – nome ao salão –, aprovada por unanimidade e aclamação pelos presentes. Foi também decidido que a entrega do respectivo diploma se faria no próximo dia de aniversário da ADFA e por intermédio, se tal for aceite, do próprio Presidente da República.

Comemorações do 30º aniversário nacional da ADFA

Pela Direcção Nacional foi seguidamente lembrado o processo que levou a que, não chegando a ter sido apreciado pelo CN de 29 de Março de 2003 o plano de comemorações que para então havia sido agendado, o mesmo tivesse sido discutido em 24 de Janeiro deste ano, em reunião entre as direcções nacional e as de delegação, na qual foi decidido, e como o ELO já noticiou no seu anterior número (ver), a nomeação de uma "comissão executiva", de que fazem parte os presi-

dente, 2º e 3º secretários da DN, os cabeças das "listas autónomas" ao CN, os presidentes da delegação de Lisboa e de uma da zona norte (Famalicão), da zona centro (Coimbra) e da zona sul (Évora), dinamizando cada uma destas as suas mais próximas, colaborando a de Lisboa com a DN e organizando esta a participação dos Açores e da Madeira.

Em relação às actividades a desenvolver, ainda que também dada respectiva informação ao CN, ELO não a desenvolverá aqui, já que noutros locais desta sua edição se faz referência àquelas mais destacadamente.

Quotas 2005

Quanto ao ponto em que o CN deveria harmonizar posições quanto a um valor de quota para 2005, dando assim uma indicação, que não vinculativa, à DN, que terá de o propor à próxima AGN de 17 de Abril, e não se tendo chegado a acordo, foi decidido deixar tal assunto para a mesma.

Revisão Estatutária

Sobre esta questão debruçaram-se vários dos presentes, tendo-se notado ser consensual a necessidade de uma revisão estatutária, tão profunda quanto cuidada, não só dada a especificidade da instituição como também da altura e modo como foi criada em Lisboa e depois implantada em todo o país, donde actualmente desajustadas, ainda que polémica a sua reestruturação, algumas das áreas geográficas das delegações. E foi também consensual o aceitar a disponibilidade da MAGN para acompanhar os trabalhos preparatórios de tal revisão, assessorada por um grupo de trabalho de três elementos e desde que constituída uma comissão própria, tendo saído ainda da Mesa a seguinte proposta de calendarização: até 31OUT04 enviadas à MAGN todas as propostas de alteração que associados ou órgãos desejem apresentar; até 31JAN05 proceder-se-á (MAGN, grupo e comissão) à análise dessas mesmas propostas, enviando-se uma sua síntese a todos os órgãos

sociais; até 30MAI05 deverão ser dinamizadas reuniões e recolhidas propostas de alteração sobre o documento anterior; até 30JUN05 deverá a MAGN+grupo+ comissão redigir um documento já em forma de projecto de alteração, o qual será enviado a todos os órgãos para parecer e eventuais sugestões, sendo que estes terão que ser remetidos àquela até 30NOV05; finalmente, em Janeiro de 2006 será realizada uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária para discussão e aprovação do novo documento. Posta à votação esta proposta de calendarização foi a mesma aceite por unanimidade, tendo sido também aprovada, com duas abstenções e sem votos contra, uma proposta apresentada à Mesa para que as direcções nacional e das delegações se reúnam para discutir a questão das áreas geográficas.

Reivindicações legislativas

No documento apresentado pela DN ao Conselho, após uma síntese de todo o trabalho e esforço desenvolvidos pela ADFA até ao momento, e do seguido, reitera-se toda a vontade de continuar a lutar para que não haja recuos nos direitos e nos princípios adquiridos, abordando-se os ainda bastantes problemas por resolver e as ainda muitas injustiças por corrigir, nomeadamente as questões da equiparação para evolução de carreiras, da atribuição do último "escalão" na escala indiciária de cada posto, da definição dos conceitos de campanha e serviço, do funcionamento da rede nacional de apoio ao stress de guerra (já agora ver neste número do ELO a secção "Direitos e deveres"/diplomas), da revitalização do CCAFDA, da reparação indiciária devida aos furiéis milicianos e da reposição do

subsídio de risco aos paraquedistas. Em relação ao "Estatuto do deficiente militar", diploma que, tendo como base o decreto-lei 43/76, está neste momento em decisiva fase de estudo e parecer, e para o qual se pretende que a ADFA tenha forte contributo, – sobre o que no ELO já se tem escrito –, foi apresentado ao CN documento acessório próprio, no qual se incluíram as sugestões já formuladas junto do poder político, acompanhadas da expressa vontade de que rapidamente aquele seja levado à Assembleia da República para ser aprovado em lei.

Procedendo-se a votação, foi a estratégia da DN aprovada por 3 votos/ct, 3/ab e 18/fv (dado o adiantado da hora, e a viagem de regresso a efectuar, dois dos participantes já se haviam retirado).

Informações várias e encerramento dos trabalhos

A finalizar, a Direcção Nacional prestou algumas informações gerais sobre outros assuntos, nomeada-



mente sobre relações com outras associações de ex-combatentes, sobre a questão da equiparação aos militares da GNR (ver neste "A DN esclarece"), sobre a rede nacional de apoio sobre que há/havia um pedido de parecer até 31 de Março (relembre-se neste, "Diplomas") e sobre o andamento da Lei 9/2002.

Encerrando os trabalhos, o presidente da MAGN congratulou-se pelo empenho posto por todos no bom andamento das reuniões e pelos contributos positivos que se conseguiram.

Texto e fotos de JMS

A Direcção Nacional esclarece e informa:

Ainda a equiparação aos militares da GNR

Nas páginas do ELO n.º 335 de Novembro de 2003 foi publicado um artigo intitulado "Actualizações", sobre o problema das alterações de pensões de acordo com os diplomas legais publicados, a que a Caixa Geral de Aposentações (CGA) não tinha dado cumprimento. No ELO do mês de Dezembro seguinte, novo artigo intitulado "Actualizações II" foram feitas algumas correcções a esse artigo.

Ficou expresso nesses artigos que, embora a ADFA não se pudesse alhear desse assunto, quaisquer pedidos de correcção deveriam, por imposição legal, ser apresentados pelos interessados.

A DN instou com a CGA no sentido de ser reposta a legalidade, tendo todo como resposta, primeiro, que as actualizações seriam processadas em

Fevereiro de 2004, e depois que não poderiam ser processadas por falta de elementos, indo ao ponto de pedir a colaboração da ADFA na localização dos interessados.

Reagiu a DN a tão insólito pedido com uma carta dirigida ao Secretário de Estado do Orçamento, com conhecimento ao Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, expondo a situação e explicando que a ADFA não podia corresponder ao pedido da CGA, não só porque nem todos os DFA são nossos associados, mas também porque o fornecimento dos dados pedidos é da exclusiva competência dos Ramos de origem deficientes. Na mesma carta, a DN manifestou a sua estranheza pelo facto de as actualizações de anos anteriores e de 2004 não terem levantado qualquer problema, bem

como pela (pelo menos!) curiosa hipótese de que actualizações automáticas carecessem ser requeridas pelos interessados, pondo em paralelo este caso com a Função Pública ou as pensões indexadas ao salário mínimo nacional. – (ver ELO de Fevereiro e de Março passados, nesta mesma secção).

Na sequência destas diligências, foi recebido um ofício da Secretaria de Estado do Orçamento, remetendo cópia de uma carta da CGA datada de 19 de Março, em que esta reconhece que... "por lapso informático, as pensões dos DFA's indexadas à remuneração do posto de 1.º marinheiro... não foram correctamente actualizadas no ano de 2003, de acordo com o escalão que competia a cada caso, sendo certo que no ano de 2002 tais pensões foram correctamente

actualizadas" (sic). Mais dizia a carta que os interessados receberiam os retroactivos relativos às actualizações juntamente com a pensão, no mês de Abril seguinte.

Não considera a DN que a resolução deste problema tenha sido uma vitória da ADFA, uma vez que apenas foi reposta a legalidade, tal como tinha já sucedido com as pensões de preço de sangue das viúvas de DFA. Mas mostra a necessidade de a ADFA, através dos seus órgãos e em ligação com os associados, estar atenta ao cumprimento dos direitos que a lei nos reconhece.

Conquista será, por exemplo, a consolidação e o alargamento dos direitos dos deficientes militares, como se pretende com a elaboração do chamado "Estatuto do Deficiente Militar".

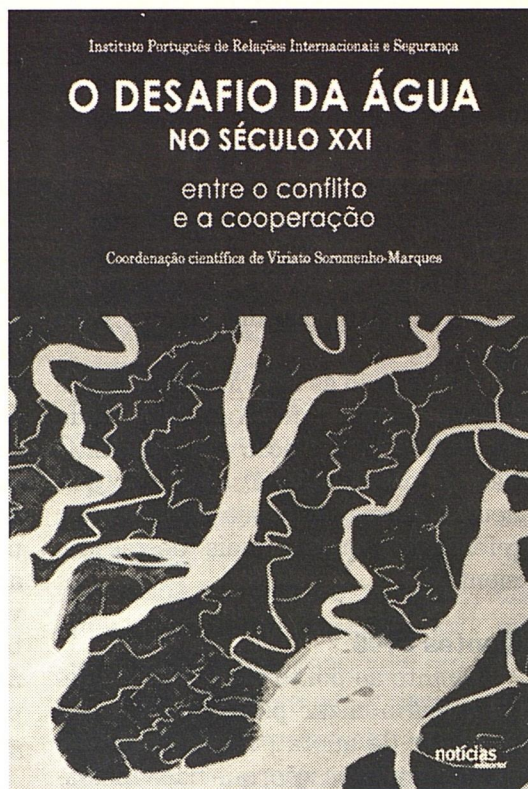
O desafio da água no século XXI: entre o conflito e a cooperação

O Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança - IPRIS, o Instituto da Defesa Nacional - IDN e a Editorial Notícias lançaram, no passado dia 11 de Março, o livro "O desafio da água no século XXI: entre o conflito e a cooperação", coordenado pelo professor Viriato Soromenho-Marques.

A sessão de lançamento contou com a presença do Secretário de Estado do Ambiente, Eduardo Martins, e foi apresentada pelo professor Diogo Freitas do Amaral, autor do prefácio do livro.

Esta obra analisa o problema essencial da água sob duas vertentes: o risco e a oportunidade. A água, aqui, é vista como um elemento que oferece condições propícias ao desenvolvimento de iniciativas, políticas e instituições viradas para a valorização dos factores de cooperação sobre os elementos de competitividade.

Isabel Marques



Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Raul Pires

Associado nº 14341
58 anos
Faleceu no dia
20/09/03



Residia no Funchal, Madeira.
Serviu na Guiné, no BCaç1913.

Manuel Lucindo dos Santos

Associado nº 7606
61 anos
Faleceu no dia
19/12/03



Deixou viúva Rosa Gandarinha Cardoso.
Serviu em Moçambique, na CCaç606.

Manuel Falcato Rosado

Associado nº 3275
54 anos
Faleceu no dia
27/12/03



Residia em Monte do Trigo, Portel.
Serviu em Angola, no BCaç2891.

António Martins de Oliveira

Associado nº 3068
60 anos
Faleceu no dia
19/01/04



Residia em Mafamude, Vila Nova de Gaia.
Deixou viúva Clara Maria Rodrigues Freitas da Encarnação Oliveira.
Serviu em Moçambique, no BCaç1889.

Délio Anildo Nunes Pinto

Associado nº 12638
61 anos
Faleceu no dia
27/01/04



Residia em Santo António, Funchal, Madeira.
Serviu em Moçambique, na CCaç1711/BCaç10.

Por involuntária notícia incompleta no ELO de Março, de que pedimos desculpa aos familiares, repetimos:

Viano Mendes Pereira

Associado nº 13736
58 anos
Faleceu no dia
12/02/04



Residia em Loures. Deixou viúva Hortênsia Boticã Ferreira Mendes Pereira.
Serviu na Guiné, na CCaç1620.

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

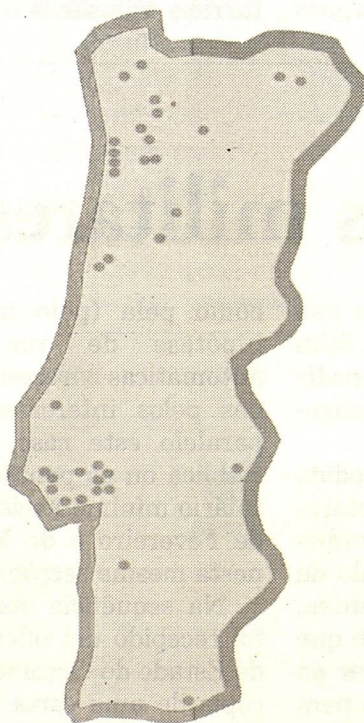
Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Império Autocenter
Nº1 EM CENTROS AUTO

A Império Autocenter é uma rede de lojas que conta com cerca de 45 estabelecimentos de norte a sul, onde é possível efectuar toda uma série de serviços (pneus e serviços associados, focagem de faróis, testes de amortecedores) e adquirir componentes automóveis (baterias, amortecedores, sistemas de travagem, escapes, pára-brisas e outros), lubrificantes, carregamento de ar condicionado e auto-rádios.

Rede de lojas Império Autocenter



PNEUS:
1º desconto de 38% s/ a tabela oficial das marcas:

- Toyo
- Hankook

2º Desconto de 50% s/ a tabela oficial da marca:

- Rolltec

SERVIÇOS:
3º Desconto de 20% s/ tabela de preço de venda ao público:

- Serviços prestados

OUTRAS MARCAS/PRODUTOS:
4º Desconto de 10% s/ os preços praticados ao balcão

LUBRIFICANTES:
5º Desconto de 5% s/ os preços praticados ao balcão

Rede de Lojas:

Zona Norte: Vinhais, Bragança, Chaves, Vila Real, Braga (5 centros), Ponte de Lima, Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Barcelos, V. N. Famalicão, Santo Tirso, Guimarães, Lordelo, Valongo

Zona Centro/Norte: Maia, Matosinhos (3 centros), Porto, V. N. Gaia, Aveiro - Cacia, Coimbra - Eiras, Viseu, Leiria (2 Lojas), Caldas da Rainha

Zona Sul: Lisboa - P. Stº Adrião, Lisboa - Sacavém, Lisboa - Algés, Lisboa - Cidade (4), Sintra - Trajouce, Alhandra, Palmela, Seixal, Vila Viçosa, Faro (2 centros)

Centro de Operações - Telefone: 253 240 640

HELP LINE

808 20 15 16

ABRIL

Marinheiros da Armada

Realiza-se no dia 10, no Ladoeiro (Idanha-a-Nova), um almoço de convívio, no restaurante Ancora, junto à Fonte Peque-na. Contactar: marinheiro Necas Moreira: tlf. 277927408.

Companhia 6222

(Angola 1973/1975) Realiza-se no dia 17 de o convívio, em BRAGA. Contacto: Freitas: tm. 917 521 613.

Companhia de Caçadores 2757

(Moçambique 1970/1972) Informa-se que o convívio é no dia 17. Contactos: Furiel Mendes: tm. 914 930 980.

"Filhos da Escola" de Abril de 1964

Realiza-se no dia 17 o almoço/convívio comemorativo do 40º aniversário, na Quinta de Santo António, em Mora. Transportes assegurados a partir da Docca da Marinha e do Portão Verde. Informações e contactos: Zé Carlos: tlf. 210 832 201 - tm. 917 806 479 Neto: tlf. 212 950 233 - tm. 966 878 826 L. Ricardo: tm. 966 010 633 e Baptista: tlf. 212 972 866.

Batalhão de Caçadores 2833

(Angola 1968/1970) Dia 17 realiza-se o 10º almoço/convívio. Contactos: tm. 967 451 879.

Companhia de Caçadores 614

(Moçambique 1964/1966) Dia 17 realiza-se o convívio em Lamego. Informações e contactos: tm. 966 436 392.

Companhia de Caçadores 1427

(Guiné - Cabedu - 1965/1967) Informa-se que o convívio se realiza no dia 18.

Companhia de Caçadores 1789

Dia 18 realiza-se o 2º convívio em Guimarães. Contactos: Teixeira: tm. 964 257 528.

Grupo de Transmissões de Moçambique

(Moçambique 1970-1975) Dia 24 realiza-se o almoço/convívio, em Viseu, estando a cargo do Ablílio Pereira Melo e do José Figueiredo. Para mais informações contactar: Luís Filipe Silva: tm. 969 746 596 - endel: luis.silva@transmissoes.org.

Batalhão de Artilharia 1869 - "Os Galos"

CCS/CART's 1467/1468/1469 (Angola 1965-1968) Realiza-se dia 24 o 26º convívio, em Paços de Brandão. A organização do evento está a cargo do artilheiro Manuel Teixeira. Para mais informações contactar: tlf. 252 996 137 - tm. 966 088 325.

"Filhos da Escola" de 1965

Dia 24 realiza-se o 39º almoço de confraternização, em Freixo de Espada à Cinta. Informações e contactos: Diogo Correia: tlf. 210 844 048 - tm. 936 091 280

PONTO DE ENCONTRO

"No reencontro periódico de ex-combatentes, a par do forte sentimento/memória que os une em torno de um período marcante das suas vidas, e certamente das dos seus próximos, a reafirmação de uma solidariedade que ainda é a força de uma geração".

Manuel Araújo: tlf. 279 652 348 - tm. 962 790 040
A. Laranjeira: tlf. 226 177 608.

Batalhão de Caçadores 9 (1969-1971)

Dia 24, pelas 12,30 horas, realiza-se o almoço/convívio na Quinta do Cruzeiro, em Vila Praia de ncora. Informações e contactos: Seixo: tm. 966 227 219.

Companhia de Artilharia 3503

Dia 24 realiza-se o almoço/convívio do 30º aniversário. Contacto: José António Lúcio: tlf. 261 857 702

Companhia de Caçadores 3322

Informa-se que no dia 24 se realiza o convívio, na Lourinhã.

Pelotão de Polícia Militar 2142 (Angola)

Dia 24 realiza-se o convívio em Crestuma-Lever.

Companhia de Cavalaria 1485 (Guiné 1965/1967)

Dia 25 realiza-se o almoço/convívio. Contactos e informações: Carlos Ribeiro: tlf. 219 150 136/219 250 621.

Companhia 311

(Moçambique 1972/1974) Dia 26 realiza-se o convívio na Mealhada. Para mais informações contactar: tlf. 231 203 444 - tm. 962 768 512.

Batalhão de Cavalaria 350 (Angola)

Informam-se todos os interessados que este mês se realiza um convívio comemorativo do regresso de Angola há 40 anos. Para mais informações contactar: tlf. 243 799 104 - tm. 918 107 629.

MAIO

CCS e Companhia de Artilharia 3558 (BART3887)

(Moçambique 1972-1974) Dia 1 realiza-se o 12º convívio de ex-combatentes. Informações e contactos: José António Santos: tm. 917 532 122 - endel: zetosantos@iol.pt.

Núcleo de Fuzileiros dos Templários

Realiza-se no dia 2 o convívio anual. Para mais informações podem contactar: SAR FZ Narciso: tlf. 249 345 382 - tm. 917 481 484.

Companhia de Caçadores 3378 - "Kimbas do Olossato" (Guiné 1971-1973)

Realiza-se no dia 8 o 4º convívio dos "Kimbas", em Setúbal. Contactar: Fernando S. Venceslau: tm. 961 090 133 Florêncio A. Tojinha: tlf. 265 551 969.

Esquadrão de Reconhecimento 3431 (Guiné - Bafatá - 1971/1973)

Dia 8 realiza-se o convívio. Informações e contactos: Sérgio: tm. 914 181 777.

Companhia de Artilharia 419

Dia 8 realiza-se o convívio em Santa Maria da Feira. Contacto: tm. 914 936 357 / tm. 917 088 014.

Companhia de Caçadores 3372 (Angola 1971-1973)

Realiza-se dia 9 o convívio. O evento terá lugar na "Albergaria da Barrosinha", em Alcácer do Sal.

Companhia de Cavalaria 1706 (Angola - Zalala 1967-1969)

Dia 15 realiza-se o almoço/convívio. Para mais informações e contactos: ex-sarg. Assumpção: tm. 968 154 901 - tlf. 214 455 541 endel: hassumpcao@hotmail.pt.

Batalhão de Caçadores 1855 - "Os Lobos" (Angola 1965/1967)

Realiza-se dia 15 o convívio, em Coimbra. Informações e contactos para: Domingos Machado: tlf. 253 216 504 - tm. 963 343 426.

"Filhos da Escola" de 1959/60

Dia 15 realiza-se o convívio nas Caldas da Rainha. Contactos: Pires Ferreira: tm. 934 264 022.

Batalhão de Caçadores 5015 - 2ª Companhia

Dia 15 realiza-se o convívio em Almeirim. Contacto: H. Costa: tm. 938 452 829.

Recruta da Armada de Março de 1962

Realiza-se dia 16 o almoço/convívio do 42º aniversário do recrutamento. Para mais informações contactar: Amável Gomes: tlf. 214 357 223 - tm. 966 870 629.

Batalhão de Caçadores 1891 (Moçambique - Zambésia/Niassa - 1966/1968)

Dia 22, em Lisboa, realiza-se o 18º encontro. Informações e contactos: Pedro Dias: tm. 914 631 055.

Companhia de Caçadores 803 (Moçambique 1965/1967)

Reliza-se dia 22 o almoço/convívio. Informações e contactos: Macedo: tlf. 212 593 761

Companhia de Polícia Militar 683 (Timor 1964/1966)

Dia 22 realiza-se a confraternização. Os interessados podem contactar: José Leitão: tm. 962 315 706

Batalhão de Artilharia 1913 (Guiné 1967/1969)

O encontro realiza-se dia 22. Para mais informações podem contactar: tm. 914 324 105 - tlf. 219 403 724

Batalhão de Caçadores 2884 - "Mais Alto" (Guiné 1969/1971)

Realiza-se dia 22 o convívio, em Mirandela. Contacto: Pinto da Costa: tlf. 225 364 446

AB 3 - Negage

Dia 22 realiza-se o convívio no Louriçal. Informações e contactos: Dias: tm. 967 194 537

Batalhão 2874 - CCS/Companhias 2510/1/2 (Angola 1969/1971)

Dia 23 realiza-se o 27º convívio em Alcobaça. Contactos: A. Gomes: tm. 964 371 206

Dragões de Angola (Angola 1959-1975)

Realiza-se no dia 29 o 28º convívio, na Quinta do Regote - Águeda. Para mais informações podem contactar: tlf. 917 240 762 - endel: dragoesdeangola@hotmail.com

Pelotões de Caçadores 964/965/967 (Angola)

Informa-se que o 2º encontro em 40 anos se realiza dia 29, na Figueira da Foz. Para mais informações podem contactar: tm. 919 441 200

Companhia de Artilharia 1512 (Moçambique 1966/1968)

Dia 29 realiza-se o almoço de confraternização. Informações e contactos: Couto: tm. 965 639 743

Batalhão de Artilharia 6323 (Angola 1974/1975)

Informa-se que dia 29 se realiza o convívio, em Lisboa. Informações e contactos: Falcão: tm. 964 313 709 - Arménio: tm. 918 747 330

Companhia de Engenharia 1531 (Moçambique 1966/1968)

Dia 29 realiza-se o encontro, em Espinho. Informações e contactos: Sepeda: tlf. 218 465 620 - Pinho: tlf. 252 633 222 - Cascais: tm. 969 566 266

Companhia de Caçadores 2726

Dia 29 realiza-se o convívio. Para mais informações contactar: Paulino: tel. 214 102 686

Batalhão de Caçadores 1860 - CCaç. 797 (Guiné 1965/1967)

Dia 29 realiza-se o almoço/convívio. Informações e contactos: tm. 962 397 036 - tm. 962 930 845

Companhia de Cavalaria 781 - BCav. 782

Informa-se que o convívio se realiza dia 30. Informações e contactos através de: Vieira: tm. 918 903 140

C.I.C.A. de Lourenço Marques (Moçambique - 1967)

Realiza-se dia 30 um convívio, em Viseu. Para mais informações contactar: Manecas: tel. 232 412 098 - tm. 917 106 659

Escola de Aplicação Militar de Boane e Grupo de Artilharia de Campanha de Nampula

(Moçambique 1960/1962) Informa-se que dia 30 se realiza o almoço/convívio na Quinta dos Compadres, em Viseu, pelo que se convidam todos os oficiais, sargentos e praças a se inscreverem. Informações e contactos:

Serafim Ribeiro: Rua Cabrita 37 - Orgens - 3510-674 VISEU; tlf. 232 412 847 - tm. 967 290 667

(Ex-) combatente, reencontra-te com os teus antigos camaradas e informa-nos de próximos "pontos de encontro".

E já agora fica a saber, ou recorda-te, que na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa, há um excelente e bem localizado restaurante, sem problemas de estacionamento, aceitando

reservas para almoços, aos sábados e aos domingos, até 150 pessoas, com ementa à escolha e preços (agradáveis...) a combinar, para tal devendo ser contactado

FERNANDO CARVALHO, TLF. 21 751 2600/FAX 21 751 2611.



Diplomas



do Mês

Stress pós-traumático de guerra

Despacho conjunto n.º 60/2004, Ministérios da Defesa Nacional, da Saúde e da Segurança Social e do Trabalho
Diário da República n.º 30, II Série, de 5 de Fevereiro

«O regime do stress pós-traumático de guerra encontra-se consagrado na Lei n.º 46/99, de 16 de Junho, no Decreto-Lei n.º 50/2000, de 7 de Abril, e na Portaria n.º 647/2001, de 28 de Junho, bem como nos despachos conjuntos n.ºs 109/2001, de 19 de Janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 30, de 5 de Fevereiro de 2001, 363/2001 e 364/2001, ambos de 23 de Março, publicados no Diário da República, 2.ª série, n.º 93, de 20 de Abril de 2001, e 867/2001, de 31 de Agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 15 de Setembro de 2001.

No âmbito deste regime, o Ministério da Defesa Nacional celebrou protocolos com as seguintes associações:

Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), Associação de Apoio aos

Ex-Combatentes Vítimas de Stress de Guerra (APOIAR), Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra (APVG), Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU) e Associação de Combatentes do Ultramar Português (ACUP).

Desta forma, criou-se a Rede Nacional de Apoio aos Militares e Ex-Militares Portugueses portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar, constituída por instituições e serviços integrados no serviço Nacional de Saúde e no Sistema da Saúde Militar e pelas organizações não governamentais, em particular com os serviços públicos.

Desde a institucionalização da Rede que se têm verificado dificuldades com a

eficácia da sua implementação prática no terreno, que têm vindo a ser diagnosticadas pela comissão nacional de acompanhamento ou transmitidas pelas associações ou pelos utilizadores e que têm diminuído a capacidade de a Rede prestar os apoios devidos.

O Programa do Governo prevê, no âmbito respeitante à defesa nacional, «a implantação eficaz, no Serviço Nacional de Saúde, dos serviços de apoio aos doentes que sofram de stress pós-traumático, através de uma rede específica para este tipo de patologia e realizando parcerias com todas as associações representativas que se encontrem em condições de prestar autonomamente este tipo de apoio».

Assim, determina-se:

1 - É criado um grupo de trabalho

informal com o objectivo de propor as alterações que se afigurem necessárias ao bom e eficaz funcionamento da Rede, bem como de analisar a possibilidade de as associações poderem alargar a sua participação na Rede e de dar maior expressão ao apoio social nela previsto.

2 - O referido grupo integrará dois representantes de cada um dos seguintes Ministérios:

- a) da Defesa Nacional;
- b) da Saúde;
- c) da Segurança Social e do Trabalho.

3 - No desenvolvimento dos seus trabalhos, o grupo deverá reunir com a comissão nacional de acompanhamento, bem como com as Associações.

4 - O grupo deverá concluir os seus trabalhos até ao próximo dia 30 de Junho de 2004.»

Diplomas



do Mês

Actualização das remunerações e pensões

Portaria n.º 205/2004, de 3 de Março

«...
1.º O índice 100 da escala salarial das carreiras de regime geral e de regime especial mantém o valor de € 310,33.

2.º Os índices 100 das escalas salariais dos cargos dirigentes e dos corpos especiais mantém os valores em vigor.

3.º Mantêm-se, também, nos valores actualmente em vigor:

a) as remunerações de base do pessoal abrangido pelo presente diploma que não coincidam com qualquer índice das escalas salariais cujo valor se situe acima de € 1.024,09;

b) as remunerações de base dos titulares de cargos equiparados a funções dirigentes mas que não detenham o efectivo exercício das competências de chefia, bem como as do pessoal dirigente constante do anexo II do Decreto-Lei n.º 406/82, de 27 de Setembro, que não esteja integrado no novo sistema retributivo da função pública;

c) o adicional à remuneração criado pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 61/92, de 15 de Abril.

4.º As remunerações de base cujo valor seja igual ou inferior a € 1.024,09 são actualizadas em 2%, com arredondamento superior ou inferior, valor que será incorporado na respectiva remuneração por alteração dos correspondentes índices, através de diploma legal.

5.º São actualizadas em 2% as remunerações de base do pessoal abrangido pelo presente diploma que não coincidam com qualquer índice das escalas salariais e cujo montante seja inferior a € 1.024,09.

6.º As gratificações previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6.º do

Decreto-Lei n.º 110-A/81, de 14 de Maio, de valor igual ou inferior a € 1.024,09 são actualizadas em 2%.

7.º O montante do subsídio de refeição fixado na Portaria n.º 303/2003, de 14 de Abril, é actualizado para € 3,70.

8.º As ajudas de custo a que se refere o artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, passam a ter os seguintes valores: membros do Governo - € 62,55; funcionários, agentes do Estado e entidades a eles equiparadas: com vencimentos superiores ao valor do índice 405 - € 56,73; com vencimentos que se situam entre os valores dos índices 405 e 260 - € 46,14; outros - € 42,36.

9.º Os índices referidos no número anterior são os da escala salarial de regime geral.

10.º Os quantitativos dos subsídios de transporte a que se refere o artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, passam a ser os seguintes:

a) transporte em automóvel próprio - € 0,35/km;

b) transporte em veículos adstritos a carreiras de serviço público - € 0,12/km;

c) transporte em automóvel de aluguer: um funcionário - € 0,33/km; funcionários transportados em comum: dois funcionários - € 0,16 cada/km; três ou mais funcionários - € 0,12 cada/km;

d) percurso a pé - € 0,15/km.

11.º Sem prejuízo das situações excepcionais devidamente documentadas, as ajudas de custo diárias a abonar ao pessoal em missão oficial ao estrangeiro e no estrangeiro, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 199/95, de 28 de Julho, têm os seguintes valores a partir de 1 de Janeiro de 2004: membros do

Governo - € 151,03; funcionários, agentes do Estado e entidades a eles equiparadas: com vencimentos superiores ao valor do índice 405 - € 134,62; com vencimentos que se situam entre os valores dos índices 405 e 260 - € 118,91; outros - € 101,14.

12.º O disposto no número anterior não se aplica a entidades abrangidas por instrumentos colectivos de trabalho em que se definam outras tabelas de ajudas de custo.

13.º São aumentadas em 2% as seguintes pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), com excepção das resultantes de condecorações, das Leis n.ºs 1942, de 27 de Julho de 1936, e 2127, de 3 de Agosto de 1965, e do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro:

a) pensões de aposentação, reforma e invalidez até € 1024,09;

b) pensões de sobrevivência, de preço de sangue e outras de valor global até € 512,05.

14.º Do aumento estabelecido no número anterior não podem resultar pensões de valor superior aos limites nele referidos.

15.º No valor já actualizado das pensões calculadas pela CGA com base nas remunerações em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2000 e até 31 de Dezembro de 2003 será deduzida a percentagem correspondente aos descontos legais para aquela Caixa.

16.º As pensões fixadas pela CGA com base em tempo de serviço inferior a cinco anos e de valor até € 193,26 para as pensões de aposentação, reforma e invalidez ou até € 96,63 para as pensões de sobrevivência são aumentadas em 4%.

17.º Os valores mínimos garantidos às pensões de aposentação, reforma e invalidez

| Tempo de serviço | Pensões de aposentação, reforma e invalidez | Pensões de sobrevivência (montante global) |
|-----------------------------|---|--|
| De 5 até 12 anos... | 200,99 | 100,50 |
| Mais de 12 e até 18 anos... | 209,50 | 104,75 |
| Mais de 18 e até 24 anos... | 238,12 | 119,06 |
| Mais de 24 e até 30 anos... | 266,46 | 133,23 |
| Mais de 30 anos... | 353,05 | 176,52 |

e de sobrevivência pagas pela CGA, em função do tempo de serviço considerado no respectivo cálculo, são aumentados entre 2,3% e 4%, a que corresponde a seguinte tabela: (em euros)

18.º Os aposentados, os reformados e os demais pensionistas da CGA, bem como os funcionários que se encontrem na situação de reserva e desligados do serviço aguardando aposentação ou reforma, com excepção do pessoal que no ano de passagem a qualquer das referidas situações receba subsídio de férias, têm direito a receber, em cada ano civil, um 14.º mês, pagável em Julho, de montante igual à pensão correspondente a esse mês.

19.º O abono do 14.º mês será pago pela CGA ou pela entidade de que dependa o interessado, consoante se encontre, respectivamente, na situação de pensionista ou na situação de reserva e a aguardar aposentação ou reforma, sem prejuízo de, nos termos legais, o respectivo encargo ser suportado pelas entidades responsáveis pela aposentação do seu pessoal.

20.º A presente portaria produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2004.»

O resumo da legislação publicada nesta secção não dispensa a consulta dos diplomas

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Imposto Municipal sobre Veículos

Portaria n.º 272/2004, de 16 de Março

O imposto municipal sobre veículos relativo ao ano de 2004 será liquidado e pago durante os meses de Maio e Junho do corrente ano.

Escalas Salariais

Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março

O presente diploma estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2004, transcrevendo-se a parte relativa aos militares das Forças Armadas:

«Artigo 43.º

Estruturas indiciárias

1 - Aos escalões da escala salarial das carreiras de regime geral e de regime especial a que correspondem os índices constantes da coluna 1 do mapa I anexo ao presente diploma passam, a partir de 1 de Janeiro de 2004, a corresponder os índices constantes da coluna 2 do mesmo mapa.

2 - Aos escalões das escalas salariais das carreiras inseridas em corpos especiais a que correspondem os índices constantes da coluna 1 do mapa II anexo ao presente diploma passam, a partir de 1 de Janeiro de 2004, a corresponder os índices constantes da coluna 2 do mesmo mapa.»

Mapa II
(a que se refere o n.º 2 do artigo 43.º)

| Corpos Especiais | Coluna 1 | Coluna 2 |
|------------------------------------|----------|----------|
| | | |
| Militares das Forças Armadas... .. | 185 | 189 |
| | 183 | 187 |
| | 178 | 182 |
| | 167 | 170 |
| | 162 | 165 |
| | 157 | 160 |
| | 152 | 155 |
| | 147 | 150 |
| | 142 | 145 |
| | 137 | 140 |
| | 127 | 130 |
| | 122 | 124 |
| | 105 | 109 |
| | 102 | 104 |
| | 96 | 98 |
| | 91 | 93 |
| | 86 | 88 |
| | 30 | 32 |

O Tribunal dá-nos razão...

Não é fácil estabelecer um critério simples sobre o que seja serviço em campanha, mas entendemos que uma vez definido que seja o teatro das operações, a característica essencial do serviço em campanha, reside na existência de uma actividade de natureza operacional conexas ou não com qualquer acção directa ou indirecta do inimigo (...).

Assim, tratando-se de uma actividade de natureza operacional, o que importa para que a mesma seja qualificada como serviço de campanha é que tal actividade ocorra no teatro de operações (local onde se verificarem operações de guerrilha, ou contra guerrilha).

Não é, pois, necessário para se falar em «serviço de campanha» que o acidente ocorra sob fogo do inimigo ou decorrente de actividades militares deste (minas, armadilhas, etc.), bastando que ocorra durante uma operação militar em teatro operacional.

Podemos ver este critério acolhido, por exemplo, no Ac. do STA, (...), respeitante a um acidente ocorrido numa lanca que se voltou, quando era transportada em cima de um tractor, embora sendo um acidente de viação, é também um acidente de serviço de campanha, visto o transporte ser feito em zona de 100% de campanha, sendo por tal motivo que o sinistrado seguia junto da metralhadora da mesma lanca em atitude de combate...».

Como se verifica, no caso acabado de referir, não ocorreu intervenção directa de uma acção inimiga. A causa do acidente foi desprezada, atendendo-se antes às circunstâncias em que o acidente ocorreu (...).

Se aplicarmos este critério ao caso dos autos, concluímos, seguramente, que o acidente sofrido pelo recorrente ocorreu em serviço de campanha e em circunstâncias de risco equiparável ao serviço de campanha. Para tal foi decisiva a matéria fáctica provada, bem como o depoimento das duas testemunhas (...) de que se despica o seguinte:

O Major de Artilharia, (...), no seu depoimento de fls (...), refere, designadamente, que todo o pessoal do BTR (...) envolvido na operação em causa, e que fazia parte da coluna, tinha chegado a Angola e à zona operacional, somente, há cerca de um mês.

Logo não conhecia, minimamente, a extensa região onde iria desenvolver a sua actividade operacional (...).

Os condutores, nomeadamente no caso dos condutores de Berliet, tinham de forma geral uma reduzida experiência de condução e a adaptação das viaturas ao terreno era diminuta.

O acidente ocorre, à noite, após três ou quatro dias de permanente actividade operacional em zona de frequente acção do IN, como era a do Songo/Mucaba.

Na noite do acidente, havia um nevoeiro muito intenso (muito frequente na zona), com os consequentes reflexos na visibilidade, muitíssimo reduzida, e nas condições do piso. No local a estrada era bastante sinuosa, com curvas muito acentuadas e bermas perigosas, com declives/ravinas com mais de 50 m.

Em consciência, não pode dissociar a hora e local em que se deu o acidente e toda a actividade operacional desenvolvida nos dias anteriores, na zona do Songo/Mucaba, pelo que é de opinião ser de toda a justiça que o acidente de que foi vítima o recorrente seja considerado como ocorrido em serviço de campanha.

Bem vivo é, também, o testemunho do Coronel de Infantaria (...).

Aí refere que o acidente foi em campanha, por o recorrente estar em serviço de recolha de pessoal em operações de combate na zona de Carmona-Negage, acções integradas numa grande operação de destruição de núcleos inimigos e para impedir a sua instalação em permanência e, colmatar os itinerários que o IN utilizava para se dirigir para toda a zona nevrálgica do café.

Logicamente, que o pessoal a coluna saíra, oficialmente, da Unidade, era apontada nas guias de marcha, com direito a ração de combate, não havendo qualquer separação entre o pessoal combatente e pessoal em funções logísticas de campanha.

A zona do acidente era muito perigosa, obrigava a medidas de prevenção para evitar emboscadas, a mata cerrada envolvia todo o itinerário, e o inimigo não distinguia se seria pessoal para combate ou não, estando todos integrados na mesma operação de combate, em zona operacional a 100%, por isso, potencialmente, perigosa, e a todos por igual e ela sujeitos, desde o Comandante ao Soldado.

O recorrente teve o acidente de que não foi, minimamente, culpado, mas totalmente sujeito a ser atingido pela actividade directa do inimigo (tiro isolado ou emboscada) ou indirecta (colocação de mina, etc.), agravada pela circunstância da estrada estar muito molhada e ser de noite.

Tal actuação do inimigo já se tinha registado, recentemente, no mesmo itinerário e continuou a verificar-se e datas posteriores ao acidente.

O acidente enquadra-se, pois, numa actividade perigosa em serviço, com risco agravado em teatro de operações.

É da mais elementar justiça considerar que o acidente sofrido pelo recorrente deverá ser considerado como ocorrido em campanha e por motiva da mesma, pelos circunstancialismos que o rodearam.

(...)

Portanto, sempre que o acidente ocorra numa actividade, em teatro de operações, o mesmo deve considerar-se em campanha e tendo em conta o circunstancialismo acima descrito, tudo isso implica, em si e por si, um risco superior ao normal da actividade militar, como condutor de uma viatura militar, que recolhia pessoal que andava no mato, há a mais de cinco dias; integrado numa grande

operação, que envolvia várias companhias.

O acidente sofrido pelo recorrente só seria descaracterizado se fosse provocado por ele intencionalmente, ou contra ordens expressas de superiores, o que não foi, manifestamente, o caso dos autos.

Acresce, como se refere no Ac. do TCA, (...), que entre as inovações a destacar, no DL n.º 43/76, avultam o alargamento do regime jurídico dos DFA aos casos que, embora não relacionados com a campanha ou equivalente, justifiquem, pelo seu circunstancialismo, o mesmo critério de qualificação (o stress pós-traumático aí ventilado).

Mais se diz, no referido Acórdão, que o n.º 2, do art.º 1, do DL n.º 43/76, desde que no cumprimento de serviço militar e na defesa dos interesses da Pátria (não fala em campanha), ou na dedicação à causa pública, no exercício das suas funções e deveres militares e por motivo do seu desempenho, em condições de que resulte, necessariamente, risco agravado equiparável ao definido nas situações previstas nos itens anteriores, vem a sofrer, mesmo a posteriori (lá está o efeito psicológico que apenas mais tarde de pode vir a revelar) uma diminuição permanente causada por doença adquirida ou agravada, consistindo em prejuízo de qualquer função, não exigindo, já naquele tempo, saliente-se mais uma vez, qualquer ferimento em campanha, antes compreendendo o espírito humano, a integração psicológica e o espírito de corpo que deve existir em todas as forças militares, em que todos contribuem para um fim comum.

(...)

Acordam os Juizes do TCA, em conformidade, em conceder provimento ao recurso e, consequentemente, anular o acto impugnado.»

Nota: O presente acórdão não transitou em julgado.



Um certo jeito de antigamente...

Em toda a história da Associação, as pessoas menos incomodadas serão as que parecem dedicar em efusivas tricas, do diz que diz, a mesma atenção que se devota às boas maneiras.

Ao contrário do que se pensa e julga, as vinganczinhas não recaem sobre quem sabe o que faz e o chão que pisa, mas sobre todo o universo associativo, principalmente dos que, goste-se ou não, legitimamente o representam.

Existe quem continue dado a equívocos, por feito próprio e, regra geral, beneficiando de consentimento alheio. Não é por acaso que se toma a instituição como sua em particular, ou que se confunde algo construído com altruísmo e espírito solidário mediante investimentos pessoais e sacrifícios sem fim, com quintais privados de que se põe e dispõe consoante anseios diários. Esta

tendência para misturar as fragrâncias que pululam em certas cabecinhas, tem causado evitáveis dissabores. Em larga medida, pensa-se ou actua-se como se se pensasse que os outros se esparramam a seus pés. Pobres coitados...

Nem alguns submissos, amparados pelos risos mecânicos que famosos graçolas suscitam, talvez atinjam que os boatos de influência são altamente exagerados!

Uma sondagem séria e isenta, colocaria sem dúvida os ávidos de poder na parte baixa da lista, atrás inclusive de uns tais que também serviram para se servir, sabendo apenas curvar-se e bajular o bispo, olhando-o, espasmados de mediocridade, no altar da desgraçada subserviência.

Mais recentemente, o resultado da vontade da maioria, após polémicos comportamentos, deveria ter apagado ilusões. Devia, mas parece que não. O jeito de antigamente mantém-se... os olhos habituados à escuridão não se adaptam à transparência da claridade.

Apesar de tudo, além do poder material que as áreas sombrias dos esquemas arquitectados concederam, mantém-se pela sombra, e à traição, a capacidade de tentar influenciar o comportamento de uns tantos. Não serão muitos... apenas os suficientes para atirar areia para a engrenagem, para garantir a dependência de razoável séquito, recrutado entre pequenos seres, auto denominados empresários do bem fazer e do bem vestir, políticos sindicalistas de refugio, ataviados oficiais sem chama, sem ordem, sem coragem e doutores farisaicos, sociólogos de retrete, mentes militaristas e ociosos de variada índole. Na vassalagem que os do bando lhes prestam, os maiores não se equivocam.

As afrontas à sucapa, na esquina ou no beco mais sombrio onde se misturam o vomitado do bêbado, a caca de gato e o mijo do rafeiro, via telefone anónimo ou por interpostos gestos - aleivosas frases cuspidas da boca de lacaios crónicos -, apenas e só se limitam a baralhar-lhes cada vez mais os fracos recur-

sos e a agravar o conflito que há muito abriram com o mundo e fazem exigir ao cortejo, já não com tantos seguidores, votos de redobrada fidelidade. Donde determinadas palavras estão longe de representar a mesma balda psicótica de tempos de lazer, mas um teste de canina obediência a chefias de supostos e complexados galões.

São estes que, com uma ou outra excepção, fazem romaria ao pontificado em busca de sazonal benção. E assim, os que não admitem avarias grotescas nem apreciam o blá blá rançoso e a hipocrisia farisaica, poderão olhar os que trocaram o interesse comum dos mandatos pelo desenfreado empenho em causas privadas. E o mostrar firmeza a esta gente, fazer-lhes frente sem receios, será prestar um verdadeiro serviço público. O Papa é o menos, que o fumo branco de Abril já se eleva nas alturas.

Haverá que estar atento aos Cardeais...

José Maia

Notícias de desporto

por Isabel Marques

Atletas com deficiência intelectual

Portugal conquista 23 medalhas e obtém 3 recordes nos mundiais de pista coberta (INAS-FID)

Portugal arrecadou um total de 23 medalhas (6 de ouro, 7 de prata e 10 de bronze) e obteve 3 recordes mundiais nos 3^{os} campeonatos do mundo em pista coberta em atletismo para pessoas com deficiência intelectual (INAS-FID), competição que se realizou entre os dias 26 de Fevereiro e 1 de Março, em Budapeste, Hungria, com a selecção da ANDDEM em grande evidência internacional ao conquistar um maior número de títulos, em igualdade com a Polónia, embora esta, ao conseguir mais ouro, tenha obtido o 1^o lugar na classificação geral.

Dos 16 atletas portugueses que participaram na competição, 14 conseguiram obter pelo menos um galardão, sendo que três deles conseguiram, também, bater um recorde do mundo: Sandra Gomes, no pentatlo feminino, Bruno Fernandez nos 3000 metros marcha masculinos e Lenine Cunha no pentatlo masculino. De salientar que este jovem paralímpico foi um dos participantes que mais se destacou, sendo eleito e recebendo o prémio para melhor atleta dos campe-

onatos, dado que conseguiu ainda, no total, arrecadar duas medalhas de ouro, no pentatlo e no triplo salto; duas medalhas de prata, nos 60 metros e no salto em comprimento; e outras duas de bronze nos 60 metros de barreiras e no salto em altura.

As seis medalhas de ouro conseguidas pelos atletas nacionais foram, para além das já citadas de Sandra Gomes (1), Bruno Fernandez (1) e Lenine Cunha (2), as de António Soares (1500 metros) e Rosa Pires (3000 metros marcha).

Os galardões de prata (7) foram arrecadados, ainda, por Lenine Cunha (60 metros e salto em comprimento), António Soares (3000 metros) e Sandra Gomes (3000 metros marcha), além de Carmo Maganinho (pentatlo), Silvino Veiga (200 metros) e Pedro Isidro (3000 metros marcha); as 10 medalhas de bronze por Silvino Veiga (60 metros), Artur Rodrigues (salto em comprimento), Mário Sereno (pentatlo), Raquel Faria (200 metros), atletas das estafetas 4x200 metros femininos (Sandra Gomes, Graça Fernandes, Fátima Matos e Raquel Faria), 4x400 metros femininos (Raquel Faria, Sandra Gomes, Graça Fernandes, Fátima Matos) e 4x400 masculinos



(António Monteiro, António Soares, Artur Rodrigues, Silvino Veiga) e pelos já galardoados Lenine Cunha (60 metros barreiras e salto em altura) e Carmo Maganinho (peso).

Recorde-se que a representação nacional esteve a cargo de 16 atletas, acompanhados por seis técnicos/diretores, num universo de 170 participantes oriundos de 16 países.

Atletas da ADFA no III Open.com

Os atletas da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) distinguiram-se ao conquistarem os primeiros lugares, em algumas das provas, no III Open.com, que se realizou no passado dia 20 de Março, em Santa Isabel, no Gerês.

Assim, na categoria de seniores A masculinos, dos 8008Km, os atletas Marco Pova (1.01) e Pedro Nogueira (1.09) classificaram-se no primeiro e segundo lugar respectivamente. Na categoria dos veteranos

masculinos II, dos 5080KM, foi a vez do desportista Jorge Dias se destacar e arrecadar o primeiro lugar da prova.

O III Open.com, foi organizado pelo Clube de Orientação do Minho, e trata-se de uma prova de orientação pedestre, pontuável para a Taça Regional Norte de 2003/04 e para o Troféu Regularidade da mesma época. Esta prova esteve aberta a todas as pessoas, com percursos adaptados a vários graus de dificuldade.

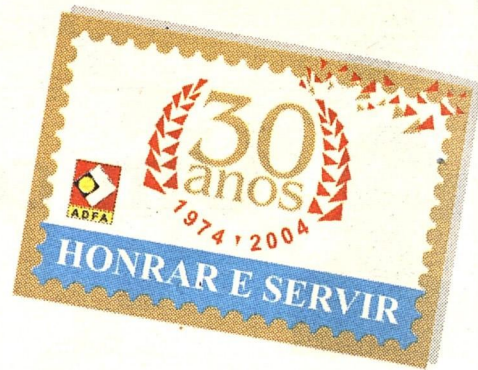
1.º FESTIVAL DE JOGOS TRADICIONAIS EM CADEIRA DE RODAS
DIA 24 DE ABRIL A PARTIR DAS 10H30 EM VILA FRANCA DE XIRA. EM ORGANIZAÇÃO DA CERCIPÓVOA

Com o 25 de Abril no coração e na vontade!



ELO

Director: Sérgio Azougado
 Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
 Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
 E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Comemorações do 30º aniversário

Embora se pense que no próximo ELO se possa apresentar o programa definitivo das comemorações, a nível nacional, do 30º aniversário da ADFA, vamos já adiantando mais algumas informações, principalmente a de que, e não só por aquelas que já as anunciam nesta edição, algumas delegações preparam excursões à grande jornada de convívio e afirmação associativa que será o almoço, no dia 15 de Maio, em Rio Maior.

No entanto...

O acto grande da efeméride será sem dúvida a presença de Jorge Sampaio, Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, na Sede Nacional, em 14 de Maio, data precisa do aniversário, na Sessão Solene que se iniciará pelas 11 horas, com descerramento de placa evocativa e que terminará com um Porto de Honra.

Voltando ao encontro do dia seguinte, ele decorrerá no pavilhão multiusos do complexo desportivo daquela cidade, cedido graciosamente pela sua edilidade, prevendo-se, para além da presença de centenas

de associados e famílias, a de várias personalidades ligadas ao Governo, às Forças Armadas e a outros sectores relacionados com as áreas de intervenção e de interesse da ADFA.

Quanto a outras iniciativas:

- está já em fase de preparação a maquetagem da revista relativa aos 30 anos de vida da ADFA, evidenciada sobretudo por informação fotográfica e mensagens, já solicitadas, de personalidades de relevo que tiveram, ao longo deste período, ligação com a Associação, devendo ser apresentada no próprio dia 14 de Maio;
- a ser editado ainda durante Abril, um desdobrável/tríptico

- comemorativo;
- criado o logotipo alusivo à data, o qual não só se espelha no painel que se ostenta na fachada da Sede Nacional, o mesmo foi utilizado não só em bolsas de afixação para o selo automóvel, que estão já disponíveis em todas as Delegações, como também em isqueiros, esferográficas e auto-colantes, material que estará à disposição dos associados a partir do próprio dia 15 de Maio;
- no entanto, para quem queira outro género de recordação, mais durável, encontra-se já cunhada, conforme as imagens juntas, uma medalha de bronze, a qual, pelo preço de 5 euros, começará a ser posta à venda no

convívio de Rio Maior. Para terminar, salientamos que devendo as inscrições para o almoço (a 15 euros por pessoa) serem feitas, junto das respectivas Delegações, o mais rápido possível, também os associados deverão informar-se nos seus serviços se está prevista a organização de qualquer excursão para o dia 15 de Maio, já que, como escrevemos no início, nem só as que já as anunciam neste ELO, as vão levar a efeito. E quanto mais cedo os sócios manifestarem a sua vontade de se deslocarem a Rio Maior... Acontece ainda que se está a diligenciar, junto dos serviços de turismo desta região, uma visita guiada aos locais mais interessantes do Concelho, ainda da parte na manhã.

TODOS JUNTOS,
 EM 14 E 15 DE MAIO,
 MAIS DO QUE AFIRMAR,
 VAMOS REAFIRMAR
 AS NOSSAS CONVICÇÕES,
 SOLIDARIEDADE
 E VONTADE ASSOCIATIVAS.
VIVA A ADFA!

Último Hora

Núcleo de Maputo com governante português

Por desejo manifesto do nosso Núcleo no Maputo, e sensibilização feita pela DN, para que o primeiro-ministro, na sua recente visita oficial a Moçambique, lhe concedesse uma audiência, o Chefe do Governo, na impossibilidade de agenda, delegou essa missão no ministro da Segurança Social e do Trabalho.

A reunião teve lugar pelas 09,30 horas do dia 30 de Março, tendo decorrido um ambiente de franca cordialidade. Foram tratados todos os pontos da agenda, conforme indicação do presidente do núcleo, Gabriel Mubanguiane.

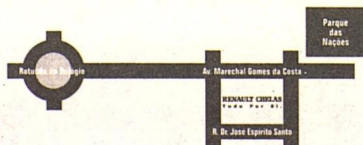
No próximo ELO será publicada informação mais detalhada sobre esta iniciativa.



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS
Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
 Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
 Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA